



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Serviço Social

Projeto de Currículo Pleno
Curso de Graduação
FSS/UERJ

Rio de Janeiro, janeiro de 2014

**No período de 2001-2014 participaram da
Comissão de Revisão Curricular os seguintes professores:**

Ana Inês Simões Cardoso de Melo

Andréa de Sousa Gama

Cleier Marconsin

Elaine Rossetti Bering

Isabel Cristina Costa Cardoso

Laís Helena Pinto Veloso

Marilda Villela lamamoto

Mary Jane de Oliveira Teixeira

Mônica Maria Torres de Alencar

Monica de Jesus César

Tatiane Alves Baptista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
PARTE I – O PROJETO PEDAGÓGICO	
Introdução	09
1. Eixos Políticos do Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social	12
2. Política de Estágio Supervisionado da Faculdade de Serviço Social	18
3. Projeto Pedagógico da FSS/UERJ e a Crise das Universidades Públicas	20
PARTE II – A NOVA PROPOSTA DE CURRÍCULO	
1. A Lógica de Organização dos Conteúdos Curriculares	29
2. A Grade Curricular	32
A – Fundamentos da Vida Social	32
B – Questão Social e Política Social no Brasil	38
C – Trabalho e Serviço Social	45
3. Recomendações Pedagógicas	61
4. Avaliação do Projeto Pedagógico da graduação em Serviço Social	66
Referências Bibliográficas	69
PARTE III – ESTRUTURA CURRICULAR	
1. Plano de Periodização (Integralização Curricular)	72
2. Fluxograma do Curso de Graduação em Serviço Social: Faculdade de Serviço Social/UERJ, 2011.	76
3. Grade Curricular segundo Períodos Acadêmicos (01/10)	77
4. Relação das Disciplinas Obrigatórias e Eletivas	87
5. Relação das Disciplinas Eletivas segundo Tipos (Definidas e Universais)	89
6. Relação das Disciplinas Obrigatórias e Eletivas segundo Departamentos	90
A – Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social	90
B – Departamento de Política Social	91
C – Créditos Externos	91
7. Relação de Disciplinas Oferecidas a outros Cursos como Eletivas Universais	92
8. Quadro de Equivalências do Novo Currículo	93
ANEXO I – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS SEGUNDO PERÍODOS ACADÊMICOS	
ANEXO II – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS	

APRESENTAÇÃO

Esta proposta, elaborada pela Comissão de Revisão Curricular da FSS/UERJ, indica uma reestruturação curricular e não apenas ajustes no currículo já existente¹, conforme deliberação do conjunto da unidade no primeiro debate realizado sobre a questão, ainda no segundo semestre de 2001. O Projeto de reestruturação da formação profissional da UERJ é resultado de um conjunto de reflexões, envolvendo debates, seminários, reuniões, consultas bibliográficas e de documentação da FSS/UERJ e de outras unidades de ensino de Serviço Social, sobre a revisão curricular².

Em 2001, realizamos três debates (03) com o conjunto da unidade sobre:

- as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC;
- o documento “Reflexões iniciais sobre a construção do novo currículo pleno do Curso de Serviço Social das FSS/UERJ” (ALMEIDA, 1999);
- “A totalidade e a questão do método em Marx”.

Além dos debates, dois (02) seminários sobre o tema “Política Social”, foram realizados pelo Departamento de Política Social, no período, em atendimento à solicitação da Comissão. Juntamente com essas iniciativas, foram consultados documentos elaborados por professores da FSS/UERJ, contendo reflexões sobre o currículo em andamento e propostas para as várias políticas a serem implementadas – de extensão, de pesquisa, de estágio, de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). No segundo semestre de 2002, reunimos a unidade através de Grupos de Trabalho, os quais debateram a proposta inicial do projeto pedagógico. As sugestões dos grupos interferiram decisivamente no projeto pedagógico. Em 2003, foram realizadas inúmeras reuniões – com professores que conduziram revisões anteriores; coordenadores dos programas de pesquisa e extensão; estudantes e representantes do Centro Acadêmico; e seminários gerais – com participação do conjunto dos professores e estudantes –, para a discussão do Ante-Projeto. Este foi reapresentado em três versões ao longo do ano incorporando as sugestões da unidade, tendo em vista a construção coletiva e democrática do projeto.

¹ Como apontava o documento “*Reflexões iniciais sobre a construção do novo currículo pleno do Curso de Serviço Social das FSS/UERJ*” (1999), coordenado pelo Prof. Ney L. T. de Almeida, do PEEPS.

² Trata-se dos documentos produzidos pelas seguintes unidades de ensino: UFJF (FSS/UFJF, 2002), UFF-Niterói (ESS/UFF, 2000), UFRJ, PUC-SP e USP. Destacamos a profícua interlocução com a proposta da Faculdade de Serviço Social de UFJF, sendo algumas de suas sugestões absorvidas nessa proposta. (CASSAB; BATISTONI, 2002; BATISTONI; MELLO E OLIVEIRA; CYWINSKI, 1998).

Reafirma-se que a FSS/UERJ pauta sua reestruturação curricular e projeto pedagógico nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), referendadas pela Comissão de Especialistas, proposta da qual foi signatária, considerando todo seu conteúdo original e não apenas o que foi aprovado pelo Ministério da Educação.

As Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC, além de omitirem a regulamentação da carga horária para integralização do curso – que foi extensiva a todas as áreas –, descaracterizaram a *direção social e a base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social* e à definição do *perfil de profissional que se pretende formar*. No *perfil do bacharel em Serviço Social* constava “*profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social*”, o que foi retirado e substituído por profissional capacitado para a “*utilização dos recursos da informática*”.

Nas *competências e habilidades*, o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foi suprimido. No projeto original, a formação profissional pressupõe a capacitação teórico-metodológica e a ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à *apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade e à análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país*. Tais objetivos aqui apontados foram eliminados do texto legal. Nos *princípios* da formação profissional defendíamos: “*adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade*” e a “*indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão*”, princípios estes integralmente expurgados do texto oficial.

No que diz respeito à organização do curso, a visão de ética que consta das Diretrizes do MEC é demarcada por uma relação de exterioridade no que se refere à formação, na medida em que propõe o “*respeito à ética profissional*” e não a ética compreendida como uma dimensão constitutiva essencial da formação acadêmica profissional. Os *tópicos de estudos* para todas as especialidades foram totalmente banidos. Eles detalhavam os conteúdos curriculares apresentados nos três núcleos: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Esse corte significa, na prática, uma tentativa de impossibilitar a garantia de um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O projeto de formação passa a ser submetido à “livre iniciativa” das unidades de ensino, públicas e privadas,

desde que preservados os referidos núcleos, agora esvaziados de seu conteúdo antes expressos nos tópicos de estudos. Essa total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios neoliberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado.

O Parecer CNE/CES 100/2002, que versa sobre a carga horária dos cursos de graduação, propõe três anos letivos como carga horária mínima para integralização dos cursos, considerando-se os padrões nacionais e internacionais, a legislação brasileira pertinente e os acordos internacionais consolidados de equivalência de curso. Entretanto, ratificamos o indicativo da ABEPSS de manter o mínimo de três anos e meio para a integralização do curso, a carga horária de 2.700 horas e o estágio curricular de, no mínimo, 405 horas, portanto, 15% além da carga horária de 2.700 horas, sendo previstos 05 (cinco) anos para sua integralização.

Considerando este quadro de referência e as distinções essenciais propostas pela ABEPSS, que fundamentaram a orientação geral do Projeto de Novo Currículo, os debates e encaminhamentos na unidade prosseguiram nos anos seguintes.

Nesse processo, a UERJ reafirmou sua adesão às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, construiu um documento-base e um ementário que foi submetido ao debate e votação por meio de seis Plenárias de Revisão Curricular realizadas em 2004 e 2005, num processo denso e polêmico de discussões. Ao final do primeiro semestre de 2005, a Comissão de Revisão Curricular que vinha conduzindo o processo sofreu inúmeras baixas, com saídas para licença PROCAD e a preparação do concurso para professor titular de uma de suas integrantes, bem como a formatura dos representantes estudantis que vinham participando diretamente do processo.

Aprovado o documento-base e o ementário, a partir do segundo semestre de 2005, uma nova Comissão teria que realizar o trabalho de compatibilizar a proposta com a grade curricular, considerando algumas indicações da última plenária da unidade acadêmica, bem como preparar o processo para encaminhamento ao CSEPE. Neste íterim, contudo, colocaram-se algumas intercorrências no trabalho que implicaram em fortes dificuldades na condução do processo: a situação da UERJ e as duas greves, que consumiram muito da iniciativa política da gestão, bem como do corpo docente e a realização do trabalho da Sub-Comissão de Avaliação (CPA/MEC), o que prejudicou o processo de recomposição e trabalho da Comissão.

É oportuno lembrar aqui, também, a promoção da “Mostra sobre Ensino, Pesquisa e Extensão na FSS/UERJ”, no ano de 2005, como atividade vinculada à

comemoração dos 60 anos da unidade, mas que também significou um momento de reflexão acadêmico-pedagógica pela unidade acadêmica.

Em meados desse ano de 2006, a Comissão foi recomposta e contou com uma bolsista de EIC e passou a solicitar, aos docentes, indicações de bibliografia para o ementário e avançou na formulação de algumas propostas concretas de grade, créditos e ementas – inclusive com questões de conteúdo a serem ainda deliberadas pela unidade. Mas as dificuldades foram muitas: de assegurar a realização das reuniões convocadas, de uma renovação grande da Comissão, com professores que estavam fazendo o doutorado por ocasião das discussões dessa proposta, e da segunda greve no período, que alterou toda a dinâmica daquele ano.

Esse momento se caracterizou, também, por um trabalho de debate interno da Comissão, com a sugestão de propostas para mudanças dos conteúdos curriculares previstos para o bloco das disciplinas de Fundamentos do Serviço Social. Também ocorreram discussões relacionadas às atividades complementares. As discussões processadas naquele momento foram incorporadas na proposta encaminhada pela comissão no período seguinte.

Nesse período a gestão da unidade promoveu também oficinas locais relacionadas às Diretrizes Curriculares e à formação do Serviço Social na área de Saúde, tendo participado da Oficina Regional, bem como da pesquisa promovida pela ABEPSS. O levantamento dos dados e sua sistematização se consubstanciaram como atividade da Coordenação de Curso, sendo que o documento apresenta uma síntese importante do nosso curso, bem como de atividades de ensino e pesquisa na FSS/UERJ, constando em relatório disponível na unidade. Também, foi realizado naquele momento, como iniciativa da Coordenação de Estágio, o seminário “O Estágio Supervisionado em Serviço Social e os Desafios da Política Acadêmica no Contexto de Revisão Curricular”, enfocando, em especial, o estágio nos finais de semana.

Neste processo foram efetuadas adaptações no formato prévio do projeto de Currículo Novo. Assim, consolidado este material (compreendendo Grade Curricular, Plano de Periodização, Fluxograma e as respectivas ementas), foi realizada nova plenária da FSS/UERJ, sendo apresentadas as reformulações e a consolidação até aquele momento. O documento, ao ser submetido à plenária da FSS/UERJ, em novembro de 2007, suscitou indicações para novas reformulações.

Nova plenária de discussão do Novo Currículo foi realizada, então, em janeiro/2008, com as reformulações previstas, para aprovação final, tendo sido atendidas e acatadas todas as propostas mencionadas, exceto quanto ao Bloco de

Disciplinas de Fundamentos do Serviço Social, que se manteve como questão pendente a ser enfrentada pela unidade. O projeto do Novo Currículo foi aprovado nessa formatação final restando, no entanto, a polêmica mencionada. Foi aprovada na reunião, assim, a constituição de um grupo dos docentes da disciplina (incluindo professores atuais e anteriores) para formular nova proposta, bem como a preparação, pela Comissão, do material final de seu trabalho.

Nos anos que se seguiram, inclusive com mudança de integrantes da Comissão e da própria gestão da unidade acadêmica, permaneceram como pendências para conclusão do documento final: o enfrentamento, submissão e aprovação na unidade da proposta para as disciplinas do Bloco de Fundamentos em Serviço Social e, com as modificações daí advindas, realizar sua incorporação ao projeto, integrando-as no ementário e demais instrumentos, como Grade Curricular, Plano de Periodização, etc; a distribuição de disciplinas entre departamentos; a previsão de procedimentos relativos às atividades complementares; a conclusão do levantamento das referências bibliográficas para as ementas e a identificação das equivalências com os conteúdos do atual currículo.

Neste processo de revisão e de consolidação do documento final do Currículo, a Comissão se reuniu também, por diversas vezes, a fim de rever procedimentos e adequações necessárias, com a orientadora pedagógica de nosso curso, do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica (DEP), vinculado à Sub-Reitoria de Graduação (SR-1).

Tal processo e formulação do texto final, com aprovação na unidade acadêmica em 28/06/2011, e de suas reformulações no ano de 2013, expressam o conteúdo do documento agora apresentado “Projeto do Novo Currículo do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro” e é resultado, portanto, do esforço coletivo empreendido nos últimos 10 (dez) anos, por seus docentes, estudantes e trabalhadores técnico-administrativos. Além do desenvolvimento do Projeto Pedagógico, da lógica curricular, que tem sua estrutura fundada em três núcleos temáticos principais, são apresentados também o ementário das disciplinas por período, a grade curricular, fluxograma e demais documentos pertinentes.

PARTE I – O PROJETO PEDAGÓGICO

Introdução

As mudanças na formação profissional do assistente social são requisições de processos societários mais amplos, que reconfiguram a questão social em suas múltiplas expressões, e, portanto, as respostas e estratégias profissionais. As duas últimas décadas e, particularmente os anos noventa do século XX, foram marcados por mudanças profundas na sociedade e no Estado, redimensionando os projetos societários e a ação das classes e forças sociais. Fazem parte desse contexto a reestruturação produtiva e a mundialização do capital, como estratégias de extração dos superlucros, no contexto de um período longo de baixo crescimento, ao lado das (contra) reformas do Estado orientadas para o mercado. Esses processos envolvem a flexibilização das relações de trabalho, as privatizações e desregulamentações dos fluxos de mercadoria e dinheiro, o que implicou na constituição de um novo padrão de intervenção estatal – máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores (NETTO, 1993).

Em relação a esse movimento mais amplo, os países da periferia desencadearam processos de adaptação com um forte componente destrutivo, sobretudo em países com alguma possibilidade de autonomia, como o Brasil. Essa espécie de conexão destrutiva com a dinâmica contemporânea do mercado mundial aprofundou tendências regressivas, acirrando as expressões da questão social, a exemplo: do desemprego, que chega a 20% da População Economicamente Ativa (PEA) na maior parte das regiões metropolitanas brasileiras; do crescimento da informalidade e conseqüente perda de direitos da população trabalhadora; da ampliação do componente de violência no cotidiano das famílias, especialmente dos pobres; do aprofundamento das concentrações de renda e riqueza, acarretando em adoecimento e sofrimento humanos. Como o novo papel atribuído ao Estado comporta uma proteção social apenas em caráter emergencial e compensatório, em nome de um fictício ajuste fiscal, haja vista o crescimento da dívida pública, tem-se um quadro caótico de “salve-se quem puder”. Evidentemente, este se instaura com a derrota de um projeto democrático e redistributivo no Brasil dos anos 1980 no imediato pós Constituição Federal de 1988.

Essas breves linhas de caracterização do solo histórico que requisita a revisão curricular são para sinalizar que a mudança curricular incorpora esse conjunto de alterações societárias, as quais delimitam ao mesmo tempo em que se expressam nas situações particulares que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional. O projeto pedagógico e a formação profissional devem ser, portanto, construídos de forma a impregnar-se da e na dinâmica da história, ao passo em que incorpora também o amadurecimento do debate interno à profissão.

O Projeto Pedagógico da FSS/UERJ, a partir da proposta da ABEPSS, propugna que a formação compreenda as dimensões ético-política, a teórico-metodológica e a técnico-operativa para o enfrentamento das várias expressões da questão social. Assim, a formação profissional não estará voltada apenas para a transmissão de conhecimentos que prioriza a qualificação de uma força de trabalho especializada para o mercado de trabalho, mas vai além de tal requisição. Ou seja, considerando a universidade como um *“importante patrimônio social”* (ANDES, 1996), o Projeto Pedagógico da FSS/UERJ prioriza a produção e transmissão de conhecimento crítico e inovador, bem como se orienta pela busca de socialização desse conhecimento com a coletividade, tendo como princípio para o ensino superior público de qualidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Serviço Social, que se particulariza como profissão nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, tem como fundamento histórico de sua gênese e desenvolvimento a relação com a questão social, *“mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos”* (FSS/UERJ, 1996: 2) que constitui e configura seu trabalho. Assim, o curso caminhará no sentido da apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos que leve à apreensão crítica do processo de reprodução social próprio da sociedade brasileira, considerando as mudanças decorrentes da mundialização do capital que incidem sobre o *“mundo do trabalho”*, o Estado, a sociedade civil, os territórios e os processos culturais. Essa dinâmica engendra o ideário neoliberal e todas as suas conseqüências, que afetam também, os processos de trabalho onde se inserem os assistentes sociais.

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 1980 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva salientou fundamentalmente o caráter de historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado. (FSS/UERJ, 1996: 2).

Isto significa compreender que a profissão encontra-se em movimento, e se *“se transforma ao se transformarem as condições e relações nas quais ela se inscreve”*

(FSS/UERJ, 1996: 2). Daí porque o Projeto Pedagógico pressupõe um ensino que contextualize o significado social da profissão na atualidade, decifrando as mediações sócio-históricas que incidem sobre o perfil profissional, demarcando-se as requisições que lhe são postas, bem como as respostas “às quais é desafiada a construir” (FSS/UERJ, 1996: 2).

Reafirmando, pois, a relação de continuidade que o Projeto Pedagógico tem com a direção social construída a partir dos anos 1980, a formação intelectual e cultural dos alunos deverá nortear-se pela teoria social crítica que “possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996: 9). Define-se por uma perspectiva de pluralidade, que não se confunde com ecletismo, uma vez que envolve uma fecunda interlocução com outras vertentes do pensamento social. Assim, o pluralismo implica um processo de debate sobre diferentes projetos e vertentes. Como aponta a ABEPSS: “exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e universitária, impondo-se, portanto, o constante e necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais” (1997: 16).

Nesse passo, pressupõe-se a definição de uma matriz teórica maior, que expresse uma perspectiva macroscópica e de totalidade na compreensão da realidade social e que estabeleça um diálogo permanente com teorias setoriais ou intermediárias (NETTO, 1986), desde que possuam afinidade epistemológica. Contudo, cabe alertar que o diálogo não se confunde com uma transposição acrítica de conceitos de um referencial a outro (QUIROGA, 1991) e nem com a utilização de forma confusa e imprecisa de uma diversidade de conceitos teóricos inconciliáveis, característico de uma perspectiva que se assemelha à “*miscelânea teórica do ecletismo*” (GUERRA, 2000). Há que assegurar também a coerência entre as dimensões ontológica, epistemológica e teleológica, com base nos valores que a profissão define hegemonicamente num dado contexto histórico. Considera-se, portanto, o caráter transitório, provisório, incompleto e os limites que todo conhecimento encerra em seu contínuo processo de construção e reconstrução. Advém daí o reconhecimento de que as construções histórico-sociais não podem abarcar a complexidade e as especificidades de todos os contextos históricos e, tampouco, instaurar sua superioridade diante da preeminência do real em sua dimensão essencialmente ontológica, complexa, múltipla e diversa.

Aponta-se, ainda, o pressuposto da formação de profissionais com perfil generalista e se contrapõe a uma visão tecnicista dos meios e instrumentos de

trabalho, perseguindo uma competência crítica que permita ir além da mera execução de políticas sociais, formulando propostas inovadoras nos espaços de trabalho.

1. Eixos políticos do Projeto Pedagógico da Faculdade

O Projeto Pedagógico da FSS/UERJ reforça o encaminhamento do ensino voltado para uma capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que possibilite o enfrentamento às múltiplas expressões da questão social presentes nos espaços sócio-institucionais que configuram o campo das políticas sociais públicas e privadas e demais espaços ocupacionais, na perspectiva de apreensão da totalidade social. Pretende, pois, trabalhar as atribuições profissionais, fundadas numa perspectiva de práxis, incorporando a dimensão investigativa e a luta pela ampliação da democracia nas esferas da economia, da política e da cultura (CFESS, 1993).

Além dessas diretrizes gerais, norteadoras do Projeto Pedagógico, para que ele ganhe maior consistência é necessário que conheçamos os elementos trazidos pela realidade, o que significa, em nosso espaço de atuação, as reflexões já ocorridas na unidade a respeito do currículo em andamento, uma vez que elas, além de traduzirem a experiência acumulada, apontam caminhos.

No documento *“Reflexões iniciais sobre a construção do novo currículo pleno do Curso de Serviço Social da FSS/UERJ”*, são ressaltadas algumas pontuações centrais “que exigem um tratamento menos episódico, ou seja, que definem de fato a necessidade de mudanças no currículo [...]” (ALMEIDA, 1999, p.06), quais sejam:

1. O distanciamento do tratamento dado pelos professores de crédito externo às disciplinas que não são de nossos departamentos, revertendo ou descumprindo, em muitas ocasiões, os conteúdos e ementários definidos no currículo. Embora esse fato não determine por si só uma mudança de conteúdo, ele deve ser analisado a partir de uma visão mais global sobre os ganhos e perdas que teríamos para a formação profissional se viéssemos a assumir integral ou parcialmente a oferta desses conteúdos em novas disciplinas vinculadas aos departamentos da unidade.

2. O excesso de conteúdo presente na disciplina de Administração e Planejamento. Há indicação dos professores que lecionaram esta disciplina, de que os conteúdos de Administração formatem uma disciplina própria, o mesmo ocorrendo com a disciplina de Planejamento. Recomenda-se, também, nesse caso, uma aproximação maior dos conteúdos à dimensão instrumental do exercício profissional

que essas disciplinas possuem. A crítica aqui se dirige à ênfase dada aos conteúdos mais genéricos de administração e planejamento em detrimento de um tratamento mais afeto ao campo das habilidades profissionais.

3. Um destaque que merece atenção diz respeito ao conteúdo de Fundamentos de Política Social que, embora não mereça reparos iniciais na ementa, há indicações de variação de abordagens em torno da centralidade da dimensão política ou econômica no trato do conteúdo. Há que se discutir, sobretudo, em comparação ao que indicam as Diretrizes, a oportunidade de desdobramentos da disciplina e de seus conteúdos.

4. As disciplinas de Oficinas, seja a Cultural ou a de Pesquisa, não foram, até o momento, implementadas em seu sentido pedagógico (oficina) assim como variam significativamente de ênfases ou contornos face às mudanças de professores. A disciplina de Oficina Cultural em momento algum foi pensada como recurso para se intervir junto a uma possível lacuna na bagagem cultural dos alunos. No entanto, ela foi elaborada no sentido de introduzir de forma não residual o debate sobre cultura, assim como instrumentalizar os alunos no trato das dimensões culturais da população e quanto ao domínio de certos instrumentais desse campo. Também a disciplina de Oficina de Pesquisa não foi elaborada para que os alunos nela elaborassem seus projetos de pesquisa. Sua função no curso era a de articular pedagogicamente o desenvolvimento da pesquisa da unidade à sala de aula, instrumentalizando os alunos em vivências práticas e orientadas em relação aos instrumentais e técnicas de pesquisa.

5. A disciplina de Técnicas de Estudo, Organização e Expressão do Trabalho Científico também deve ser objeto de reflexão na unidade. Apesar de seu sentido instrumental ser largamente difundido, a incorporação de uma cultura científica expressa em condutas e linguagens escritas e orais próprias, não é cobrada homogeneamente ao longo do curso e nem assimilada pelo aluno nos momentos mais cruciais como o estágio e o TCC. Cabe repensarmos se a garantia dessa intencionalidade se efetiva mais a contento com a permanência dessa disciplina ou de outras estratégias curriculares.

6. As disciplinas de Estágio Supervisionado apresentam duas ordens de problemas centrais. A primeira, com relação à ausência de pré-requisitos entre as disciplinas e a segunda, em razão da polêmica em torno da definição ou não de conteúdos específicos para cada nível de estágio. Originalmente, as disciplinas não

apresentam qualquer diferença de conteúdo entre elas. Ao longo do tempo, os Departamentos formularam ênfases para os diversos períodos de estágio, como: a análise institucional, a discussão de política setorial e processo de trabalho no primeiro período de estágio; a discussão em torno da análise de demandas e da elaboração do projeto de intervenção no segundo período de estágio; a preocupação com a condução metodológica do projeto e sua dimensão investigativa no terceiro período de estágio e a ênfase na sistematização da experiência de estágio, articulada ao TCC no quarto período de estágio. Cabe, nesse momento, discutir que caminho tomar.

7. As disciplinas de Processo de Trabalho do Serviço Social apresentam lógicas de demarcação de seus conteúdos diferenciadas entre si. Há de se ter uma preocupação inicial com a realização de debates sobre o tema na unidade. Além desse fator primordial, a disciplina de Processo de Trabalho do Serviço Social IV apresenta um conteúdo muito inchado, com temáticas bastante diversificadas em seu interior. Destacamos, por último, a ausência de produções sobre o tema que deveriam alimentar com análises de experiências concretas as discussões em sala de aula.

8. O Bloco de disciplinas de Construções Teórico-Metodológicas é o que merece uma atenção toda especial e cujos desdobramentos podem ser ampliados para um leque ainda mais expressivo de disciplinas. O primeiro motivo dessa nossa preocupação decorre da revisão conceitual operada pelas Diretrizes que enfoca o tema do ponto de vista histórico, teórico e metodológico. O segundo decorre do fato de que é nessas disciplinas que se verifica, com maior nitidez, a ausência de articulação e referência das disciplinas do currículo ao Núcleo Básico: Política Social e Assistência. Esta dificuldade deve ser ainda mais potencializada, segundo nosso entendimento, a partir da adoção da proposta contida nas diretrizes com relação a esse conjunto de disciplinas.

9. Tomando as diretrizes como referência para comparação, identificamos que, apesar da abertura oportunizada pelas eletivas e a forma com que elas podem ser escolhidas pelos alunos, nosso currículo separa ainda de modo muito flagrante as experiências da sala de aula aquela obtida através da participação dos alunos nas diversas modalidades de atividades acadêmicas. Aqui cabem duas recomendações. A primeira de revisão do sistema de validação das disciplinas de Tópicos Especiais, que foi pensado de uma forma e implantado de outra, ou seja, a concepção inicial era de que os alunos poderiam cursar, por várias vezes, as disciplinas de um mesmo “Tópicos Especiais”, visto que o conteúdo delas variariam a cada semestre; no

entanto, hoje, o sistema não aceita essa possibilidade. A segunda de validação das experiências em modalidades de atividades acadêmicas como crédito. Para as duas proposições teriam de ser examinadas as formas de controle, políticas de oferta e amplitude das oportunidades³ (ALMEIDA, 1999).

Muitas respostas a este diagnóstico constam no Projeto ora apresentado. Importa esclarecer que alguns problemas identificados foram superados no debate das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, às quais a Faculdade aderiu, a exemplo da definição do Núcleo Básico. Acerca das disciplinas de Processo de Trabalho anteriormente vigentes, há uma reorientação teórico-prática, segundo a qual o assistente social se insere em processos de trabalho. Assim, neste projeto destaca-se um conjunto de disciplinas de fundamentação e habilitação profissional que procuram capacitar o aluno para o desenvolvimento do trabalho do assistente social em suas diferentes inserções nos processos de trabalho. Cabe esclarecer que o debate teórico acerca do serviço social como especialização do trabalho e sua relação com os processos de trabalho encontra-se em curso no universo profissional, sendo a polêmica incorporada no conteúdo deste currículo.

Além dessas questões, as reflexões sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão devem ser consideradas neste momento. No texto “*Documento base para discussão da política de pesquisa e extensão da FSS/UERJ*”, encontramos pistas importantes para os rumos desejados. No referido texto, encontramos a seguinte reflexão:

As referências para a política de pesquisa e extensão representaram esforço não só normativo, mas também de construção de princípios para o desenvolvimento dessas atividades. Observamos a preocupação em não dicotomizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a existência de importantes indicações para a articulação dessas atividades ao ensino de graduação e pós-graduação, [...] a valorização de ações investigativas nos projetos de extensão e a socialização dos resultados das atividades de pesquisa através de modalidades tipicamente extensionistas. Cabe considerar, no entanto, que tais referências não foram implementadas em grande parte, assim como alguns de seus parâmetros de avaliação acabaram por se fundir aos já existentes na universidade. (ALMEIDA, 2001, p. 17).

O caminho para enfrentar os desafios e para viabilizar as projeções postas anteriormente – tanto as gerais, quanto as pontuais – para além dos espaços mais tradicionais, a exemplo da sala de aula, passa por estratégias que associem o ensino aos programas de pesquisa e de extensão, mas que articulem, também, as disciplinas

³Todos esses itens foram extraídos, na íntegra, do documento “Reflexões iniciais sobre a construção de um novo currículo pleno do Curso de Serviço Social da FSS/UERJ”, de Ney Luiz Teixeira de Almeida. Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 1999:06-09.

de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso. O espaço acadêmico que concretiza essa concepção está nas disciplinas de Laboratório de Pesquisa I e II. Nessa direção, os Programas de Pesquisa e Extensão hoje existentes e os que poderão surgir, serão espaços estratégicos de articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Tal direção aponta, também, para um maior esforço no sentido de se buscar uma integração teórica e prática do conjunto das disciplinas.

Uma requisição fundamental deste novo momento de revisão curricular da graduação é sua articulação com a pós-graduação. Essa deve acontecer no âmbito da pesquisa, da extensão e do ensino, como pressuposto pedagógico, por meio: dos Programas existentes na unidade; de vínculos do corpo docente com os dois níveis de ensino; de disciplinas cujo conteúdo possa catalisar esse vínculo; da organização de debates conjuntos; dentre outras possibilidades já existentes e em curso na unidade. Aqui, trata-se de estabelecer uma relação orgânica e cheia de sinergias entre âmbitos diferentes e que possuem suas especificidades, mas que são complementares na formação.

A formação profissional possui uma dimensão cultural e sua incorporação nas disciplinas obrigatórias e nas atividades complementares, deve introduzir, de forma não residual, o debate sobre cultura, incluindo: o domínio culto da língua portuguesa; a introjeção de uma cultura científica expressa em condutas e linguagens escritas e orais próprias; a capacitação dos alunos no trato das dimensões culturais da população e no domínio de certos instrumentais deste campo; bem como o tratamento de temáticas ou incorporação de recursos pedagógicos com a linguagem artística (cinema, teatro, música, dança, outros). Ao mesmo tempo, deve conter uma cultura tecnológica, especialmente aquela que é trazida pela atualidade, a informacional, pois a recusa ao viés tecnicista não significa a rejeição mecânica de uma instrumentalização atualizada dos alunos.

Essa orientação pressupõe ainda estimular o intercâmbio da FSS/UERJ com outras unidades através da interlocução acadêmica via aparato institucional da universidade, em debates interdisciplinares, em projetos de pesquisa e de extensão, na inscrição de alunos em disciplinas de outras unidades e de alunos de outras unidades em nossas disciplinas, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Para viabilizar esta proposta de relação, cabe criar espaços permanentes de conversação e intercâmbio, com o estímulo a ações interdisciplinares na pesquisa e extensão. Esses espaços de conversação e negociação deverão envolver os professores e as suas respectivas unidades, aos quais deverão ser expostos os conteúdos do novo

currículo, na perspectiva de assegurar sua implementação. É necessário definir uma política que combine a oferta de algumas disciplinas no âmbito dos fundamentos da vida social pela própria FSS/UERJ, bem como de mecanismos que façam com que o trabalho de professores de crédito externo esteja integrado aos objetivos da formação profissional definidos pela nossa unidade. Dessa forma, apesar das dificuldades que encontramos hoje para tal, recusamos qualquer isolamento na universidade, cuja riqueza e papel social encontram-se exatamente nessa troca tensa e inquieta, ao passo que não abrimos mão de nossas escolhas e decisões coletivas.

O intercâmbio aqui vislumbrado ultrapassa os muros da UERJ. Trata-se de buscar o diálogo no âmbito da ABEPSS com as demais unidades de ensino, por meio de projetos integrados de pesquisa, eventos, dentre outros, e com a América Latina e outros continentes, pensando a possibilidade do trânsito de nossos estudantes e na recepção de estudantes de graduação de outros países. Esta tendência se coloca, na medida em que a pós-graduação já faz hoje movimentos concretos nessa direção.

Todos os pressupostos que particularizam esta proposta devem ser acompanhados de uma compreensão da crise por que passam hoje as universidades públicas. Isto se torna tão mais necessário quando a postura do MEC desfigurou as Diretrizes Curriculares, fortalecendo o ideário neoliberal e todas as consequências que ele traz para o ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado na maioria da população, trazendo desafios sérios à implementação efetiva do presente Projeto Pedagógico.

2. Política de Estágio Supervisionado da Faculdade de Serviço Social⁴

A Faculdade de Serviço Social desde os anos 1980 instituiu no seu quadro de gestão administrativa e acadêmica a Coordenação de Estágio, constituindo-se uma das poucas Unidades Acadêmicas da UERJ com tal estrutura até os dias de hoje. O Núcleo de Extensão – normatizado pela Sub-Reitoria de Extensão (SR- 3) – é integrado à Coordenação de Estágio em 2007, compondo a atual Coordenação de Extensão e Estágio (CEE).

⁴ Este texto foi elaborado pelas professoras Maria Cecília Brandão R. Carvalho e Carla Cristina de Almeida com base em ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Documento final. 2009.

A Coordenação de Extensão e Estágio deve atuar articulada à Coordenação de Curso e Departamentos, de modo a viabilizar a Política de Estágio de nossa Unidade Acadêmica.

A partir de 2009, com a implementação da Política Nacional de Estágio pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a Coordenação de Extensão e Estágio da Faculdade de Serviço Social atravessa uma fase de transição, revendo as Políticas de Estágio da Unidade elaboradas em 1999 e 2006 para atualizar alguns parâmetros traçados pela Política Nacional (PNE/ABEPSS).

Será constituída uma Comissão de Estágio (PNE/ABEPSS) composta por representantes dos professores, supervisores e alunos com o objetivo de elaborar um documento com a nova política de estágio da Faculdade a ser submetido às suas instâncias deliberativas.

O estágio supervisionado constitui-se condição essencial da formação do Assistente Social, pois representa um dos momentos síntese do curso, onde se realiza o exercício da articulação teoria e prática, imprescindível à leitura crítica da realidade e à proposição de ações profissionais nos diversos campos de inserção do Assistente Social.

De acordo com a Política Nacional de Estágio,

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela 'indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional' (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do (a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional. (ABEPSS, 2009, p.14).

É realizado obrigatoriamente pelo aluno durante quatro períodos, a partir do 6º período do Curso. Envolve a realização de atividades em diferentes instituições de atuação profissional, tais como instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, projetos de extensão, setores e unidades acadêmicas da universidade, dentre outros. Nesses espaços o aluno recebe a supervisão direta de um assistente social (supervisor de campo). Concomitante ao desempenho dessas atividades, o estudante é acompanhado na Faculdade por um professor (supervisor acadêmico), a partir de sua inscrição na disciplina Estágio Supervisionado.

Para tanto, o professor da disciplina de estágio supervisionado desenvolve em sala de aula um programa adequado para cada nível de inserção discente (I, II, III e IV) e segundo as particularidades do estágio em cada instituição. Utiliza variados instrumentos didático-pedagógicos de acompanhamento, sistematização e interpretação da realidade vivenciada que auxiliam o processo de aprendizagem do estudante, dentre os quais se destacam: diários de campo, relatórios semestrais, perfil, demandas, entre outros.

Ressalta-se que o docente tem, como uma de suas funções, o estabelecimento de articulações com o campo, através da qual os sujeitos envolvidos buscam a qualificação da experiência de aprendizagem do aluno.

Além desses recursos, o Plano de Estágio constitui um documento importante para a articulação entre a Faculdade e o Campo, envolvendo os diferentes sujeitos (professor, aluno e supervisor) em torno da organização, sistematização, avaliação e definição de estratégias de trabalho. O acompanhamento sistemático do professor junto aos supervisores de campo implica o desenvolvimento de outras estratégias adequadas às dinâmicas de cada experiência, tais como cursos, oficinas, assessorias, projetos de pesquisa e extensão, etc.

Conforme regulamentação da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010) e a Resolução n. 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2008) o acompanhamento aos campos de Estágio (*in loco*) é obrigatório pelo professor da Disciplina Estágio Supervisionado.

Cabe salientar que dado o perfil de nossos estudantes aliado à condição do curso noturno, há uma importante demanda por realização de estágios nos finais de semana, o que associado a pouca oferta de instituições e projetos com funcionamento nesse horário, representa um investimento prioritário da unidade acadêmica.

É prevista ainda a realização de estágio supervisionado em projetos de extensão, desde que asseguradas as exigências contidas nas demais modalidades de estágio. A indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão deve ser incentivada na medida em que reforça a função social da universidade, amplia as condições para uma formação articulada à realidade social, propiciando elementos críticos e criativos que estimulem novos projetos de trabalho.

O Estágio em Extensão nos cursos de serviço social historicamente é desenvolvido como estratégia de aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa. (ABEPSS, 2009, p.37).

Atualmente dois projetos de extensão recebem todos os alunos que necessitam de estágios nos fins de semana (matriculados na Disciplina de Estágio Supervisionado), por iniciativa de dois professores e uma assistente social que trabalham com os alunos diretamente nos campos de final de semana sem condições de espaço, suporte financeiro, locomoção, entre outros.

No que tange ao estágio supervisionado nos finais de semana a coordenação, gestão, investimentos e acompanhamento é uma prioridade da Faculdade de Serviço Social e deve envolver todos os setores da unidade acadêmica e da universidade que possam garantir condições reais para a realização do mesmo.

3. Projeto Pedagógico da FSS/UERJ e a crise das universidades públicas

A universidade pública brasileira, em sua trajetória, tem apresentado dificuldades para a produção e a difusão de conhecimentos através do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. O esforço desenvolvido pelos seus agentes mais comprometidos com esta articulação é que tem garantido a formação de profissionais qualificados nas diversas áreas de conhecimento.

Tais dificuldades históricas, agravadas pela hegemonia neoliberal que impera nesta fase do capitalismo mundializado, vêm comprometendo o financiamento público das universidades, e afetam, dentre inúmeras coisas, esta indissociabilidade. A herança deixada pelos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso acentuou as deficiências historicamente presentes. As reformas implementadas provocaram alterações fundamentais nas concepções que regem as políticas educacionais, bem como nos processos que as concretizam. Colocam em risco, em especial, o desenvolvimento criativo e independente dos profissionais em formação, posto que apresentavam como tônica, em sua lógica governamental, a busca de recursos próprios, pelas instituições de ensino superior públicas, no âmbito do mercado.

Como a universidade pública é, talvez, um dos únicos locais em que ainda há convivência das divergências, onde há espaço para o debate e a criticidade, na atualidade, ele encontra-se ameaçado. Ameaçado como espaço de liberdade, lugar de produção e de comunicação de saberes (CARDOSO, 2001: 8), lócus da desconstrução e reconstrução permanente do conhecimento acerca da realidade. Nessa direção, o território privilegiado de conhecimento criativo, de descobertas, de invenção e reinvenção – concepção de universidade que defendemos – vem correndo

o risco de não se concretizar plenamente. A política implementada nos últimos anos contrapõe-se à construção da universidade como ambiente de discussões polêmicas “de convívio respeitoso com as diferenças (todas), de pesquisa e produção científica, filosófica, artística e tecnológica, teoricamente relevantes e socialmente significativas” (CARDOSO, 2001: 12).

Parte da ofensiva neoliberal que vem solapando toda a vida na sociedade brasileira, as universidades públicas encontram dificuldades de desenvolverem-se na perspectiva acima apontada. Mesmo porque, a condução política neoliberal desconsidera a necessidade de planejamento societário que satisfaça as necessidades sociais, defendendo que o “indivíduo livre” seja capaz de satisfazer carências e desejos no âmbito do mercado, sem interveniência do Estado.

O fortalecimento desse ideário é um dos resultantes da crise que se inicia nas economias centrais a partir de fins da década de 1960, com o esgotamento do padrão de produção vigente desde a Segunda Guerra. A queda da taxa de lucro e declínio do crescimento aprofundou-se nos anos 1980 do século XX, gerando alterações na esfera produtiva em nível mundial, redefinindo a organização e gestão do trabalho e do Estado, com sérias implicações nas condições de vida e de trabalho para a maioria da população. Evidentemente, estas mudanças variam nos diferentes países, regiões, setores produtivos e empresas.

O Brasil, que implantou suas bases para uma economia urbano-industrial no pós-guerra, desenvolveu-se de forma subordinada, econômica e politicamente, colocando-se distante dos países centrais que construíram um ampliado conjunto de normas e regras salariais e de consumo e, conseqüentemente, um sistema de proteção social. Apesar das lutas desencadeadas pelas forças sociais e políticas no sentido da alteração do quadro brasileiro, o país não ultrapassou tais limites, e vem, com essas características, atravessando a atual crise capitalista.

A partir da década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, um suposto projeto de “modernização” do país foi colocado em andamento. “Modernização” esta, que, dentre outras coisas, materializou-se em flexibilização e desregulamentação do trabalho, agravando o desemprego já histórico; em ondas privatistas e atrofia do Estado no financiamento das políticas sociais, já anteriormente insuficientes. Concretamente, passamos a viver um ataque agressivo às conquistas duramente alcançadas pelos trabalhadores brasileiros.

Ao avaliar a situação brasileira, após esses treze anos de contrarreforma do Estado no Brasil (BEHRING, 2003), podemos constatar que o quadro econômico,

político e social agravou-se. A concentração de renda, em um país marcado por uma histórica fratura social, alcança índices extremados. Apenas 1% da população brasileira detém 53,1% do estoque de riqueza do país⁵.

Assim, se no campo econômico, a política neoliberal implantada por Fernando Henrique Cardoso legou-nos um aprofundamento da desigualdade, no campo social reafirmou a desobrigação do Estado pelo planejamento, implantação e financiamento das políticas sociais públicas, remetendo-as para o mercado, desfigurando-as como direito constitucional, incluindo aí, a educação⁶. No Brasil, portanto, as mudanças nos padrões de acumulação capitalista, de fato, reordenaram o fundo público para atender ao grande capital.

Essas alterações afetaram o ensino superior público de forma drástica, pois tratava-se de desfinanciá-lo, induzindo a sua mercantilização, com a alegação de que caberia ao governo investir seus recursos na educação básica e fundamental. O ensino superior público, nessa concepção, tornou-se “em boa parte dispensável e paulatinamente privatizável” (ROSSO, 2002, p.17). Tal argumento, enfatizado à exaustão pelo governo Fernando Henrique Cardoso, pressupõe que o financiamento do ensino básico e fundamental brasileiro só poderia ser realizado caso não se gastasse com o ensino superior, secundarizando-o, então, nas prioridades governamentais. Nessa linha de argumentação, diagnosticou-se a universidade pública como cara, corporativa e elitista. Foi permanentemente responsabilizada por isto e, inclusive, pela impossibilidade de acesso a ela, de grandes contingentes de jovens trabalhadores.

As restrições de acesso ao ensino superior público à maioria da população são, entretanto, engendradas pela configuração sócio-histórica da sociedade brasileira e, o formato político-institucional das universidades públicas, bem como do ingresso nelas, é constituído por esse mesmo processo. Para corroborar essa afirmativa, é importante ressaltar que tal restrição histórica não diz respeito apenas ao ensino superior, pois, o levantamento feito pelo MEC/INEP mostra-nos que, em 2000,

⁵ Fonte: Gonçalves, Reinaldo. A quadratura do círculo. Teoria e debate, n.14.. Ver também Benjamin, C. et al *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p.192.

⁶ O Brasil, na atualidade, ocupa o 84^o lugar mundial quanto ao financiamento da educação, em decorrência de Fernando Henrique Cardoso ter aplicado nela, ao longo de seus dois mandatos, menos de 4% do PIB. Caderno de Textos. 22^o Congresso do ANDES – Sindicato Nacional. Teresina (PI), março de 2003, p. 95.

existiam no país 16 milhões de analfabetos. Para o IBGE, só entre a população com mais de 15 anos, 13,3% são analfabetos⁷.

Ao mesmo tempo, observamos que, o argumento aludido para justificar o desfinanciamento das instituições de ensino superior públicas não se realizou, na prática.

A Educação Infantil foi intensamente negligenciada: instituições públicas (creches e pré-escolas) foram fechadas em todo o Brasil em decorrência, entre outros fatores, da exclusão desse nível de ensino das provisões do FUNDEF; menos de 5 milhões de crianças estão matriculadas, do universo de 22 milhões na faixa de 0 a 6 anos. Perto de 3 milhões de crianças entre 7 e 14 anos, estão fora da escola por falta de vagas⁸.

Calcado naquela argumentação, o governo Fernando Henrique Cardoso operou uma política que priorizava a assimilação da demanda por ensino superior através da expansão de instituições privadas. Em seu primeiro mandato, tais instituições aumentaram em 36,1%, enquanto as públicas diminuíram em 4%, intensificando-se essa política no segundo mandato.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso ampliou consideravelmente os números e as benesses do setor privado e manteve quase que estacionários os do setor público. As IES [Instituições de Ensino Superior] privadas preenchem, hoje, perto de 90% do total de IES, dado que, em junho de 2001, o INEP já registrava 86,84%. Destacam-se, nesse modelo de expansão, os centros universitários, destinados exclusivamente ao ensino, que se multiplicaram de forma alarmante, passando de 49 (abril de 2000) para 64 (junho de 2001), uma expansão de 30, 6% em apenas 14 meses. As matrículas em cursos presenciais de graduação chegaram a 2.091.529, em 2001, representando 69,02% do total nacional. Já as IES públicas – federais, estaduais e municipais – conseguiram insignificante expansão tanto no número de instituições (183 IES, ou 13,16%, em 2001) como no de matrículas (939.225 estudantes matriculados, em 2001; ou seja, apenas 30,98% do total)⁹.

Cabe ressaltar ainda: segundo dados do MEC/INEP, o ensino superior público, há cerca de 20 anos atrás, absorvia aproximadamente 60% das matrículas, enquanto no ensino privado situava-se em torno de 40%. Em pleno desenvolvimento das políticas neoliberais no país, durante os dois mandatos de Fernando Henrique

⁷ Fonte: IBGE. 1994/1999

⁸ Caderno de Textos – 22º Congresso do ANDES-SN. Teresina (PI), 08 a 13 de março de 2003. Os dados foram obtidos, pelo ANDES, em www.inep.gov.br. Dados complementares foram extraídos em Democratização do acesso ao ensino público: proposta para institucionalização da UNIREDE (Brasília, DF: UNIREDE, 2002), em Os números do Ensino privado no Brasil – 2002 [Ano Base: 2001] (Brasília, DF: ABMES, 2002) e em Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano – 2001: Relatório. (OEA, 2001).

⁹ ANDES-SN. Caderno de Textos – 22º Congresso do ANDES – SN. Teresina (PI), 08 a 13 de março de 2003. Os dados foram obtidos, pelo ANDES, em www.inep.gov.br. Dados complementares foram extraídos em Democratização do acesso ao ensino público: proposta para institucionalização da UNIREDE (Brasília, DF: UNIREDE, 2002), em Os números do Ensino privado no Brasil – 2002 [Ano Base: 2001] (Brasília, DF: ABMES, 2002) e em Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano – 2001: Relatório. (OEA, 2001).

Cardoso, houve uma inversão clara das prioridades governamentais em relação ao ensino superior.

Apesar de toda essa expansão, o setor privado concentrava, em 2001, aproximadamente 330 mil vagas ociosas (ANDES – SN: 2003). Estes dados, além de mostrarem que a absorção da demanda por ensino superior não se resolve com ensino privado, indicam o agravamento das restrições de acesso de significativas parcelas de jovens trabalhadores ao ensino superior no Brasil.

Mesmo se considerarmos que, nas matrículas no ensino superior público, há vinte anos atrás, estivesse incluída uma maioria de jovens da elite brasileira e de famílias trabalhadoras urbanas de salários médios e altos e que, hoje, esteja ocorrendo um aumento de jovens oriundos da população trabalhadora mais empobrecida, a diminuição da absorção de matrículas nesse nível de ensino (de 60% para 30, 98%), indica uma grave restrição nele. A expansão do ensino superior no Brasil vem se dando através de uma diminuição das instituições públicas e de um incremento ao setor privado. Isto, certamente, não amplia as possibilidades de acesso para a maioria da população trabalhadora e não é de responsabilidade das universidades públicas, que encontra nos segmentos mais avançados dos docentes uma forte resistência a esse estado de coisas. A superação desta situação, seguramente, passa por ações que ampliem o acesso à educação como previsto na Constituição Federal de 1988.

Outro caminho orientado pela política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foi a privatização *por dentro* das universidades públicas. Esse processo intensificou a exclusão, uma vez que se processa através da cobrança de taxas em vários procedimentos, cobrança de cursos de pós-graduação *lato sensu*, da captação de recursos, no mercado, com pesquisas e projetos de extensão e outras formas.

Para Ruiz (2002: 45) "as universidades públicas são aquelas mantidas pela contribuição dos cidadãos e, portanto, elas são um bem público". Devem ter um papel de produção e de prestação de serviços como um serviço público, ficando acima dos interesses do mercado ou de grupos situados nas instâncias de poder. No entanto, essa não é a orientação do Banco Mundial, que confunde, de forma intencional, autonomia com autofinanciamento.

Está em curso entre nós uma reforma da universidade que é parte da reorganização da vida social sob a mundialização do capital. É significativo que ela esteja sendo implementada a partir do Banco Mundial e não de alguma agência internacional de cultura. Seus formuladores são pesquisadores-funcionários do Banco Mundial. Todo um aparato organizacional e financeiro vem sendo mobilizado para viabilizar políticas de educação superior compatíveis com aquela reorganização. Numerosos

projetos se encontram atualmente em desenvolvimento no Banco Mundial para consolidar tais políticas junto a governos, sendo implementados pelos próprios governos ou por instituições e universidades. Esta política vem sendo adotada em muitos países nos últimos anos (CARDOSO, 2001: 9).

Taffarel (2002) aponta que esse processo cria possibilidades de destruição não apenas da autonomia universitária, mas a do país, posto que compromete a Ciência e a Tecnologia e a formação neste âmbito de atuação. Parece-nos ser esta a intenção dos acordos internacionais que são fomentados nos diferentes países pelo Banco Mundial, a exemplo do “Acordo de Santiago”. Mas a formação não fica prejudicada somente no âmbito da pesquisa, ela é afetada em sua totalidade.

Quando a mercantilização invade todo o espaço da universidade, transformando também aí tudo em mercadoria, o que se produz é o amesquinamento do horizonte cultural e da expressão do conhecimento [...]. A inteligência, a sensibilidade, o espírito crítico, que se alimentam desses saberes e dessas práticas, bem como todos os valores não mercantis, são relegados, marginalizados, excluídos. Só se dá valor ao que cria valor e produz mercadoria (CARDOSO, 2001: 12).

Trata-se da instituição do que Chauí caracterizou como “universidade operacional”, ou seja, a universidade em tempos de neoliberalismo e de (contra) reforma do Estado, que passa a pautar-se pelos princípios: da autonomia, aqui entendida como gerenciamento empresarial e captação de recursos; da flexibilidade para a gestão do funcionalismo, gestão e adaptação às demandas das empresas; e da qualidade, agora medida quantitativamente pela produtividade – quanto, em quanto tempo e a que custo se produz – sem indagar-se o que, como e para quem se produz. Para Chauí, na condição de organização social regida pelos princípios acima, a universidade deixa de aspirar à universalidade, passando a ser uma universidade operacional voltada para si, que opera, não age. A docência transforma-se numa transmissão rápida de conhecimentos para adestramento, em detrimento da idéia de formação. A pesquisa que cabe a esta universidade é voltada para o controle de micro processos, mercantilizada e pautada por critérios de custo-benefício. Em suma, segundo Chauí,

essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda a pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. (1998: 31).

Tal direcionamento político derrui o papel crítico que deve ter uma universidade pública, fortalecendo a visão tecnicista do ensino: o aprendizado sem questionamentos; normatizador de comportamentos submetidos à hierarquia; “eficientes” profissionais, tecnologicamente bem treinados e submissos ao mercado.

Acentua-se o papel historicamente desempenhado pelo ensino como um *locus* de reprodução do padrão da força de trabalho exigido pelo mercado; um espaço não apenas de formação técnica.

No período que agora avaliamos, identificamos na universidade pública um embate entre projetos societários e acadêmicos diferentes e até antagônicos, embate este, que não se limita e não se encerra nela, mas que é parte da luta existente na sociedade capitalista. Não por acaso a proposta da ABEPSS foi descaracterizada pelo MEC: é parte intrínseca do direcionamento imposto pelos organismos internacionais “multilaterais”, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID para a educação, como condição para que o Brasil venha a se inserir na “nova ordem econômica mundial”. Essa a herança, no âmbito da educação superior, deixada pelos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso ao país e ao novo governo, eleito em fins de 2002.

Em relação ao governo Lula, uma análise mais precisa permite observar que as políticas educacionais neoliberais adotadas deram continuidade à subordinação aos organismos internacionais, os denominados “multilaterais”, reforçando, assim, o direcionamento político cujo papel crítico que deve ter uma universidade pública é desviado, continuando a fortalecer a visão tecnicista do ensino e produtivista do trabalho docente. Há um acirramento do incentivo ao ensino privado, sendo, em geral, patrocinado por recursos públicos, como podemos constatar em iniciativas tais como: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Mais Educação e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado através do projeto de lei 3.582/2004, que autoriza a compra de 10% das vagas ociosas nas universidades privadas em troca de 100% de isenção de impostos, entre outras.

Ou seja, se, por um lado, no governo Lula, constata-se uma ampliação de acesso ao ensino, em especial, ao superior; por outro, isso ocorreu e continua a ocorrer prioritariamente pela continuidade do privilegiamento do setor privado em expansão, inclusive, sem regulação para se garantir a qualidade de ensino. Assim, todas as ações voltadas para o aumento da inserção da população jovem no ensino superior encontram entraves exatamente nessa orientação política.

Apesar do aumento de 230% nas matrículas do ensino superior na década de 1998-2008, o país encontra-se muito distante da meta contida no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que prevê a cobertura para, no mínimo, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, sendo que, no mínimo, 40% das matrículas caberiam ao setor público. Para isso, deveriam

ser atingidas em torno de 10 milhões de matrículas (duas vezes as atuais). Considerando que se está quase atingindo o limite da expansão do sistema pela via privada, e tendo-se em conta o potencial esgotamento da capacidade de custeio pelos próprios estudantes, essas cinco milhões de novas matrículas deveriam ocorrer no setor público, o que resultaria em uma inflexão do processo de privatização¹⁰.

Não é o que observamos, no entanto, pois, ao contrário, o aumento permanece no âmbito do ensino privado. Isto se dá pelo reconhecimento, por parte dos organismos internacionais, da educação superior como área de investimento, como “palco de grandes oportunidades de negócios e em uma das áreas de maior expansão do setor de serviços na economia brasileira, na última década”¹¹. Observa-se que o mercado financeiro, em especial os fundos múltiplos de investimentos, vem assumindo o ensino privado, deixando cada vez mais secundarizado qualquer projeto de ensino de qualidade que ainda pudesse existir. Se esse processo se deu e se acirrou no governo Lula, a pressão do movimento privatista pode se ampliar no governo Dilma, dificultando ainda mais o trabalho para barrar as iniciativas de contrarreforma da educação em curso.

Esta postura do governo Lula que continua em Dilma, além de demonstrar que o eixo da política econômica mantém-se centrado na necessidade de ajuste fiscal, ainda faz, permanentemente, cortes sistemáticos no orçamento geral da União, em especial no que se refere às políticas sociais, particularmente, na educação. Isso novamente se observou agora, em 2011, quando se cortou recursos do Orçamento em torno de R\$ 50 bilhões, para realizar “um ajuste fiscal que possa ser crível pelo mercado. A idéia é que, com isso, neste ano, o governo consiga atingir a meta de superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida pública), de R\$ 117,9 bilhões”¹². No âmbito da educação, este corte representa a diminuição de 1,3% no orçamento do ensino público, ou seja, equivalente a R\$ 1 bilhão, o que significa que o orçamento do MEC deverá cair, pelo menos, para R\$ 7,1 bilhões¹³.

¹⁰ Diretoria do ANDES-SN. Cadernos de Textos do 30º Congresso Nacional do ANDES - Sindicato Nacional – Uberlândia – MG, 14 a 20 de fevereiro de 2011, p.30.

¹¹ Cadernos de Textos do 30º Congresso Nacional do ANDES - Sindicato Nacional – Uberlândia – MG, 14 a 20 de fevereiro de 2011, p.30.

¹² Governo anuncia corte de gastos de R\$ 50 bi no Orçamento 2011. *Brasil Econômico*. 9 fev de 2011. Por Simone Cavalcanti, do Brasil Econômico. Disponível em http://www.brasileconomico.com.br/noticias/governo-anuncia-corte-de-gastos-de-r-50-bi-em-2011_97911.html – Último acesso em 20/09/2011.

¹³ ANEL. Governo Dilma anuncia corte de R\$ 1 bilhão na educação. [Disponível em <http://anelivre.blogspot.com/2011/02/educacao.html>; <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/02/12/corte-no-ministerio-da-educacao-sera-de-1-bilhao-362797.asp> – Último acesso em 20/09/2011]

Esse quadro mostra que, mesmo na atualidade, todos os momentos tornam-se preciosos no embate entre os projetos societários e acadêmicos diferentes e até antagônicos, incluindo aí, a defesa da proposta da ABEPSS. O que significa que devemos sintonizar nosso Projeto Pedagógico com a luta de resistência e de defesa do compromisso da universidade pública com a produção e socialização do saber, atendendo a interesses, direitos e necessidades sociais permanentes da maioria da população e não a interesses imediatos de instâncias governamentais diversas e do mercado. A defesa da universidade pública e do direito da maioria da população de nela ingressar e estudar é fundamental.

Concordando com Míriam Limoeiro Cardoso, o Projeto Pedagógico, para tornar-se realidade efetiva frente às adversidades que vimos enfrentando, e participar da luta pela hegemonia da proposta da ABEPSS, caminha no sentido de reforçar a universidade pública, pois este é, hoje, um dos únicos espaços onde há possibilidade de

discussão face a face, e [...] de liberdade: liberdade de pensamento, de expressão, de cátedra, de pesquisa, de associação. Um espaço assim público e livre é condição de cidadania e de desenvolvimento da inteligência, do pensamento, da crítica e da cultura. (CARDOSO, 2001: 08).

Para concretizar tal disposição, a seguir apresenta-se a nova proposta de currículo, contendo a lógica de organização dos conteúdos curriculares e a grade curricular, com uma breve apresentação dos núcleos articuladores do currículo, os objetivos e ementas das disciplinas, recomendações pedagógicas e a projeção de grade curricular.

PARTE II – A NOVA PROPOSTA DE CURRÍCULO

1. A Lógica da Organização dos Conteúdos Curriculares

A formação profissional em Serviço Social na perspectiva das Diretrizes da ABEPSS aponta para um *perfil profissional* no qual está presente uma formação intelectual e cultural generalista crítica, que alimenta a competência na sua área de desempenho e a inserção crítica e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Trata-se de um profissional que atua nas expressões da questão social formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil, e congêneres. Mas, também, de um profissional comprometido com valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social ora em vigência.

Nessa direção, trata-se de delinear um perfil profissional sintonizado com as exigências da época, quando a velocidade das transformações dificulta os momentos de síntese. Tudo isso ao lado de um espraiar ostensivo da desigualdade, da pobreza, do enfraquecimento do Estado e da política, a partir das reformas orientadas para o mercado, conforme a reflexão de Nogueira (1998), acerca dos gestores do setor público. Um ambiente no qual um planejamento rígido e burocrático é incapaz de lidar com um sem-número de situações que se superpõem em tempo real. Nogueira, em sintonia com a literatura profissional recente, sugere que se incorpore uma outra forma de pensar: recuperar e aprofundar as orientações totalizantes, históricas e dialéticas, que permitem interpretar a multidimensionalidade das demandas dos usuários e das organizações/instituições e suas possibilidades de resposta. Assim, ele conclui que o trabalhador necessário hoje nas instituições, dispondo de um perfil técnico-político, deve ser capaz de:

(...) operar como um agente de atividades gerais que possui conhecimentos específicos, como um planejador que trabalha 'fora' dos escritórios, com os olhos no processo societal abrangente, em seus nexos contraditórios e explosivos; como um profissional cujo êxito depende de uma dinâmica que não é friamente controlável, mas é essencialmente política, e como tal, não se deixa isolar dos interesses e das paixões humanas (sonho dos tecnocratas...). Seu raio de ação está colado aos problemas da democracia, da representação e da participação. (1998: 189).

Este trabalhador é um “difusor de estímulos favoráveis à democratização, à transparência governamental, à cidadania, à redefinição das relações entre governantes e governados, Estado e sociedade civil” (1998: 190). Trata-se de um profissional que constrói as escolhas no circuito da decisão democrática. Esse novo

gestor público da área social combina-se com “um Estado capaz de pensar estrategicamente, planejar, coordenar, focalizado no cidadão, competente para fomentar a cooperação e radicalmente público” (NOGUEIRA, 1998:191).

Essa concepção da gestão pública coincide com o perfil preconizado no debate profissional e fundado nos princípios que orientaram a construção do projeto ético-político. Conforme Iamamoto (1998), temos o desafio de transformar os espaços de trabalho do assistente social em espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população, permitindo maior controle por parte da sociedade nas decisões a ela concernentes. Isso requer o zelo pela socialização das informações, o conhecimento de direitos e interesses em jogo, o acesso às regras que conduzem a negociação, atribuindo transparência e visibilidade aos canais que permitem o acompanhamento da implementação das decisões.

Orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas no nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as operações técnico profissionais nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 1998: 144).

Encaminhar a formação nessa direção exige que se propiciem subsídios à apreensão crítica dos processos sociais numa *perspectiva de totalidade*, oferecendo elementos para a análise das *particularidades do movimento de constituição da sociedade e do Estado, de modo a apreender os traços próprios assumidos pela expansão capitalista no Brasil*. Estas são condições para a leitura crítica do desenvolvimento da profissão e para a identificação das possibilidades de ação contidas na realidade, passíveis de serem apropriadas e reelaboradas na forma de respostas profissionais, consoante às competências e atribuições do assistente social prescritas na legislação correspondente, e revitalizadas no rigoroso acompanhamento das transformações sócio-históricas.

Esta *direção* do processo formativo no universo da produção e reprodução das relações sociais, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, preconiza a um *conjunto de conhecimentos articulados em três núcleos de fundamentação da formação acadêmica*, abrangendo: (a) *fundamentos teórico-metodológicos da vida social*, que tem no trabalho o eixo da constituição do ser social, e tematiza as feições por ele assumidas na sociedade burguesa, incorporando o pensamento social clássico e contemporâneo no campo da filosofia, das ciências sociais, da teoria política, da

economia e da psicologia; (b) *os fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, que analisam a formação do capitalismo no Brasil, as relações entre as classes e segmentos sociais e destas com o Estado, com seus respectivos projetos políticos, considerando a formatação do padrão de proteção social brasileiro, as diversidades regionais e locais, rurais e urbanas. Este núcleo traduz os conhecimentos anteriormente referidos no primeiro núcleo para iluminar a abordagem histórica da particularidade brasileira, com ênfase na trajetória e ações das classes trabalhadoras, em suas formas de manifestação social, cultural e política; (c) *os fundamentos do trabalho profissional*, abrangendo o complexo dos elementos constitutivos do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho na sociedade, que tem como matéria fundamental as múltiplas expressões da questão social e as formas históricas acionadas para seu enfrentamento por parte do Estado e da sociedade civil, onde se destacam as políticas sociais. Aqueles elementos constitutivos abrangem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, nas relações e condições de trabalho, e considerando a trajetória histórica da profissão na sociedade. Envolvem, ainda, a pesquisa, a política social, a administração e o planejamento no âmbito do Serviço Social, além do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso. Trata-se de sintetizar os conhecimentos citados na interpretação da profissão e de seu exercício na cena contemporânea.

Os núcleos anteriormente referidos, em que se assenta a formação profissional, *organizam a lógica curricular*. Apresentam, portanto, dimensões indissociáveis de um mesmo processo de conhecimento, em seus componentes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, constitutivos do trabalho profissional. Assim, não admite um tratamento classificatório e muito menos a abordagem seqüencial entre os núcleos de conhecimento. Eles apresentam distintos *níveis de abstração para a abordagem dos processos sociais em seu movimento e no complexo de contradições que os constitui*. Por fim, *a pesquisa* comparece como um elemento central na formação e no trabalho profissional.

2. A Grade Curricular

A – Fundamentos da Vida Social

Neste núcleo estão presentes os conteúdos que permitem uma apreensão do ser social enquanto totalidade histórica, e seu processo de constituição na sociedade burguesa. Nesse sentido, o trabalho é uma categoria central, como eixo de reprodução da vida social *“sendo tratado como práxis econômica e que não se separa de outras esferas, o que implica o desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e como tal, desenvolver a liberdade”* (ABESS, 1996: 4). Aqui está presente o conjunto dos conhecimentos acumulados para a compreensão da realidade social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. Nesse sentido, o bloco de disciplinas propostas neste eixo compreende o debate nos campos da filosofia, da história, das ciências sociais, da economia, do direito e da psicologia, cuja interlocução é imprescindível para o serviço social, para a compreensão dos fundamentos da vida social e para a construção de projetos de trabalho. Aqui está presente também o debate sobre a formação social brasileira e seus desdobramentos contemporâneos em termos da configuração da desigualdade e da constituição dos sujeitos sociais e políticos, tendo em vista seu enfrentamento. As disciplinas são as que seguem:

Introdução à Sociologia

Objetivos: Apreensão das concepções de história, teoria e método nas matrizes clássicas do pensamento sociológico: Comte, Durkheim, Weber e Parsons.

Ementa: Comte e o paradigma positivista. A sociologia de Durkheim: o método sociológico, a solidariedade e a divisão social do trabalho, integração social e anomia. A teoria compreensiva de Weber, ação social e os tipos de dominação; a ética protestante e o espírito do capitalismo; a burocracia. A teoria estrutural-funcional de Parsons: sistemas sociais e teoria dos papéis; controle e estratificação social, mudança social, as organizações e a burocracia.

Introdução à Filosofia

Objetivos: Introduzir ao pensamento filosófico a partir de suas principais correntes, enfatizando a análise crítica da modernidade.

Ementa: Relações com a ciência, a política, a ética e a arte na filosofia clássica e contemporânea. Principais correntes filosóficas na modernidade: o racionalismo e o empirismo. Positivismo, dialética hegeliana e o materialismo histórico. Fenomenologia e o existencialismo. A moral e ética na modernidade. Pós-modernidade: polêmicas e críticas.

Introdução à Antropologia

Objetivos: Propiciar a fundamentação antropológica para análise da relação entre cultura, classes e segmentos sociais no Brasil e para a pesquisa etnográfica.

Ementa: Antropologia cultural e formas de comunicação e linguagem. Estudos sobre imaginário, representações sociais e expressões culturais de diferentes segmentos sociais na realidade brasileira. Cultura e religiosidade. Estudos etnográficos. Análises sobre a cultura brasileira.

Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico

Objetivos: Capacitar o aluno para interpretar, criar e redigir textos segundo os padrões científicos e a língua culta. Leitura, interpretação e criação de textos narrativos, argumentativos e descritivos. A escrita no trabalho do assistente social: relatórios e pareceres. A escrita e a produção acadêmica: fichamentos, resumos, resenhas, projetos e monografia. A construção e o registro da bibliografia. As normas da ABNT.

Ementa: Leitura, interpretação e criação de textos narrativos, argumentativos e descritivos. A escrita no trabalho do assistente social: relatório e pareceres. A escrita e a produção acadêmica: fichamentos, resumos, resenhas, projetos e monografia. A construção e registro da bibliografia. As normas da ABNT.

Subjetividade e Práticas Sociais

Objetivos: Fornecer subsídios do campo da psicanálise e da psicologia que permitam melhor compreensão do processo de produção da subjetividade nas práticas sociais no capitalismo contemporâneo.

Ementa: Matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo, sujeito e sociedade. Contribuições críticas da psicanálise e outras correntes do campo da psicologia (esquizoanálise, análise institucional, construcionismo social, etc) para análise das práticas sociais de grupos, organizações e instituições. A produção

de subjetividade na vida social. Trabalho, pauperização, violência e sofrimento-existência social.

Teoria Social em Marx

Objetivos: Propiciar a apreensão da concepção de método em Marx e principais categorias teóricas para a compreensão da dinâmica da sociedade capitalista.

Ementa: A produção e reprodução das relações sociais. O materialismo histórico e dialético. A concepção de história. A divisão do trabalho, práxis e alienação. Produção material e a produção da consciência. A sociedade burguesa e seus antagonismos. A teoria do valor trabalho. Trabalho assalariado, propriedade e capital. Processos de trabalho e produção da riqueza social.

Fundamentos de Política Social I

Objetivos – Apreender as principais matrizes das explicações macroeconômicas do desenvolvimento capitalista, suas polêmicas e consequências na economia contemporânea.

Ementa - As grandes vertentes do pensamento moderno: liberalismo, keynesianismo e marxismo, e seus desdobramentos na interpretação das relações Estado/sociedade. O advento do neoliberalismo e a mundialização do capital e suas repercussões na economia brasileira.

Estado e Sociedade

Objetivos: Conhecer a contribuição da teoria política para a análise da relação entre Estado, sociedade civil e projetos políticos, bem como suas implicações para os processos decisórios.

Ementa: A formação do Estado moderno. As principais tradições intelectuais e suas interpretações sobre o Estado e a sociedade civil. O debate contemporâneo sobre a democracia, cidadania, soberania e socialismo. A relação entre as esferas do público e do privado na democracia burguesa. Mundialização e Estados nacionais.

Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social

Objetivos: Propiciar o conhecimento sobre a formação da sociedade e da economia brasileiras, com ênfase na constituição das classes e suas expressões políticas ao longo dos principais processos sócio-históricos.

Ementa: Herança colonial, formação do capitalismo e das classes, e constituição do Estado nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo, desenvolvimentismo e a inserção no capitalismo mundial. Ditadura militar. Transição democrática, neoliberalismo e crise.

Classes, Conflitos e Movimentos Sociais

Objetivos: Analisar a constituição das classes sociais na América Latina, com ênfase no Brasil e suas formas de organização e expressão políticas.

Ementa – As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira. A trajetória histórica da burguesia e do movimento operário urbano. Crise e perspectivas do sindicalismo brasileiro na atualidade. Questão agrária no Brasil e a história dos movimentos sociais no campo. Questão agrária e luta dos trabalhadores rurais na atualidade. Panorama dos movimentos sociais no contexto nacional, com seus vínculos internacionais, nas últimas décadas: feministas, bairros, ecológicos, étnico-raciais, homossexuais, estudantis, defesa de direitos humanos e sociais, antiglobalização e outros. Crise e perspectivas dos movimentos sociais na sociedade brasileira atual. Possibilidades e limites do trabalho do assistente social junto a estes segmentos.

Questão Agrária e Serviço Social (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a formação histórica da estrutura agrária brasileira, considerando a ação das classes e do Estado, e analisar a questão agrária e agrícola no Brasil, com ênfase na luta pela reforma agrária e os movimentos sociais no campo.

Ementa: A formação do capitalismo brasileiro e a estrutura fundiária. A modernização conservadora e as transformações no campo: concentração da propriedade, industrialização da agricultura, expropriação e assalariamento dos trabalhadores. A luta dos trabalhadores rurais: sindicalismo e movimento pela reforma agrária. O papel do MST. Políticas públicas voltadas para a questão agrária: assentamentos, PRONAF e outros. O trabalho do assistente social em assentamentos e assessoria aos movimentos sociais no campo.

Tópicos Especiais em Classes, Conflitos e Movimentos Sociais (Eletiva)

Objetivos: Aprender o debate contemporâneo sobre as classes e os movimentos sociais, suas formas de organização e expressão políticas, e a configuração de espaços para o trabalho profissional.

Ementa: O debate sobre as classes e os movimentos sociais a partir de resultados de pesquisas, estudos teóricos, estudos comparados, emergência de novos movimentos no cenário político. Possibilidades e limites do trabalho do assistente social junto a estes segmentos.

Classes, Gênero, Etnia e Geração

Objetivos: Analisar a questão social no Brasil a partir do recorte de gênero, etnia e geração, seus fundamentos teóricos e repercussões para o trabalho profissional.

Ementa: As relações entre classe, gênero, etnia e geração no debate das ciências sociais. Relações de produção, patriarcado e racismo no Brasil. Respostas políticas do Estado e da sociedade civil organizada. O trabalho do assistente social e as relações de classe, gênero, etnia e geração.

Direitos Sociais e Serviço Social

Objetivos: Conhecer as instituições jurídicas e os poderes no Brasil, sua regulamentação constitucional, oferecendo um panorama da legislação social, civil, trabalhista e penal que incide no enfrentamento da questão social e no trabalho do assistente social.

Ementa: As instituições de direito no Brasil e as garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. A Constituição Federal e Estadual e o campo dos direitos sociais. Direito e democracia. A legislação social, trabalhista, civil e penal e suas implicações no exercício profissional. Legislação urbana e a dimensão municipal. Relações jurídicas e integração supranacional.

Administração e Serviço Social

Objetivos: Compreender as teorias organizacionais, escolas de gerência e práticas de gestão social nas organizações públicas e privadas, desenvolvendo competências e habilidades para atuação profissional.

Ementa: Teorias organizacionais e gestão da força de trabalho: taylorismo, fordismo e toyotismo. As escolas de gerência e impactos nas organizações públicas e privadas. Administração de recursos humanos, “cultura da qualidade” e Serviço

Social. O discurso sobre empreendedorismo, responsabilidade social da empresa e filantropia empresarial. O trabalho do assistente social em gerência, relações sociais no trabalho, condições de trabalho e saúde do trabalhador.

Tradição Marxista Contemporânea (Eletiva)

Objetivo: Propiciar uma aproximação ao debate marxista contemporâneo, suas principais temáticas e polêmicas.

Ementa: Atualização da crítica marxista da economia política. A crítica da vida cotidiana. O marxismo e o Estado. O debate contemporâneo sobre o trabalho. A tradição marxista e a questão do método. Ideologia e cultura. Sujeitos políticos e processos de transformação social na contemporaneidade.

Pensamento Social Brasileiro

Objetivo: Propiciar o estudo dos clássicos e contemporâneos do pensamento brasileiro sobre a formação social do Brasil, classes, cultura e identidade nacional.

Ementa: Apreensão do pensamento social brasileiro sobre classes, cultura e identidade nacional, a partir de formulações clássicas e contemporâneas, considerando o pensamento conservador-liberal e a tradição crítica.

Pensamento Social Contemporâneo (Eletiva)

Objetivo: Situar o debate do pensamento social contemporâneo, a partir de autores representativos.

Ementa: Estudo das contribuições da teoria social contemporânea, acerca de temas, tais como: a relação entre trabalho e classes sociais, a pobreza, a relação Estado/Sociedade, ideologia e representações sociais, modernidade e pós-modernidade, dentre outros.

Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro (Eletiva)

Objetivos: Propiciar o aprofundamento sobre temas do pensamento social brasileiro clássico e contemporâneo.

Ementa: Temas históricos clássicos e contemporâneos; resultados de pesquisas; estudos comparados e/ou polêmicas no campo do pensamento social brasileiro.

Introdução à História Contemporânea (Eletiva)

Objetivo: Tematizar interpretações de processos da história mundial contemporânea, a inserção da América Latina, e a particularidade brasileira.

Ementa: Estudo de processos e interpretações da historiografia contemporânea acerca do desenvolvimento desigual e combinado do capital, e as relações políticas assimétricas daí decorrentes, com ênfase no continente latino-americano.

B – Questão Social e Política Social no Brasil

As políticas sociais são uma mediação fundamental, ainda que não exclusiva, no trato da questão social. Como apontava o documento de aprofundamento da discussão das Diretrizes Curriculares, “as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo” (1997: 11). Portanto, o lugar desta discussão no processo de formação profissional permanece central. Trata-se também do principal espaço ocupacional no âmbito do poder executivo dos assistentes sociais, como demonstram todas as pesquisas sobre mercado de trabalho, mesmo considerando a emergência de novos espaços ocupacionais que acompanharam as transformações da década de 1990 e os demais poderes, o judiciário e o legislativo.

Na verdade, estabelecendo um diálogo com o texto “*Reflexões Iniciais sobre a Construção do Novo Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da FSS/UERJ*”, pensamos que o deslocamento promovido pelas Diretrizes da ABEPSS, ao apontar a questão social como eixo articulador da formação, tem como consequência o reforço/aprofundamento do nosso debate sobre política social relacionado à questão social. No nosso debate do início dos anos 1990, que precedeu as Diretrizes, caminhávamos para uma ênfase na assistência como dimensão fundamental do exercício profissional e que atravessava o conjunto das políticas sociais brasileiras. Nossa definição de núcleo básico esteve em torno da política social e da assistência. Fomos convencidos, por ocasião do debate das diretrizes, de que este era um eixo da formação, mas não seu núcleo básico. Este último constitui-se em torno das expressões da questão social e seu enfrentamento pelas classes sociais e pelo Estado – ou seja, a questão social é vista como expressão econômica, política e cultural das relações sociais de produção e reprodução capitalistas, na particularidade

histórica brasileira. Por outro lado, a assistência social coloca-se como uma política pública, por meio do conceito constitucional de seguridade. Em que pese uma dimensão assistencial presente nas demais políticas, esta deve ser discutida enquanto requisito de tal ou qual política setorial específica. Salienta-se que a abordagem das políticas setoriais deve incorporar as respostas profissionais no seu âmbito, articulando políticas sociais e trabalho profissional, em seus desdobramentos ético-políticos e técnico-operativos.

Além de incorporar o debate das diretrizes, a formação oferecida pela UERJ deve estar sintonizada com o debate profissional de ponta acerca da política social no Brasil. Assim, consideramos que após dois encontros nacionais de seguridade social (1997 e 2000) e três Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (1995, 1998 e 2001) produziu-se um conjunto de conteúdos a serem introduzidos na nossa discussão, avançando no tratamento das políticas públicas. Dentre esses avanços, destacamos a superação metodológica das abordagens unilaterais politicistas e economicistas, com suas conseqüências no debate profissional. Esta preocupação totalizadora já era apontada pela FSS/UERJ e ela deve permanecer, ainda que numa outra articulação dos conteúdos. A partir deste mirante, sugerimos a seguinte articulação, que aqui já se encontra numa certa ordem de entrada, de disciplinas que irão compor o eixo da política social.

Fundamentos de Política Social II

Objetivos: Propiciar os fundamentos teórico-históricos para a análise das relações entre questão social, política social e democracia no capitalismo.

Ementa: Abordagens teóricas da política social. As políticas sociais como estratégias de enfrentamento da questão social. Economia, fundo público e política social. Política social, Estado e sociedade civil: cidadania, democracia e esfera pública. O papel dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais. A experiência do *Welfare State* e as políticas sociais no capitalismo periférico – análise comparada de padrões de proteção social.

Política Social e Seguridade Social no Brasil

Objetivos: Propiciar a análise crítica do desenho e implementação da seguridade social brasileira, suas possibilidades, limites e impactos no trabalho do assistente social.

Ementa: Questão social e seguridade. Concepção, gestão, controle social e financiamento da seguridade social brasileira. Possibilidades e limites do conceito constitucional de seguridade e a proteção social. A relação entre gestores e mecanismos de controle social. Impactos e cobertura da seguridade social brasileira. A relação entre as políticas setoriais de seguridade - previdência, saúde e assistência social - e a interface com outras políticas. A tensão entre a universalidade, seletividade e as privatizações no contexto neoliberal. Serviço Social e Seguridade.

Questão Social no Brasil Contemporâneo (Eletiva)

Objetivos: Analisar a questão social na sociedade capitalista contemporânea, suas particulares expressões na realidade brasileira e no Estado do Rio de Janeiro, e implicações para o Serviço Social.

Ementa: Acumulação capitalista, desigualdade social e questão social. As expressões da questão social na sociedade brasileira e no Estado do Rio de Janeiro: processos sociais e indicadores sociais. A agudização da questão social e o Serviço Social: pobreza, desemprego, violência, destituição de direitos, migrações e desigualdades regionais. Implicações culturais e sócio-ambientais

Política de Assistência Social (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, debate conceitual e a configuração atual da política de Assistência Social no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Assistência social, trabalho e questão social. O aparato institucional do Estado e sua relação com a sociedade na área: histórico e desenho atual. Polêmicas teóricas sobre Assistência Social. Papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão da política de Assistência Social. As tendências de descentralização e municipalização. As fontes de financiamento. O controle social e a cultura política brasileira (clientelismo, cultura da tutela e do favor e assistencialismo). A relação entre o público e o privado na assistência social. Os programas e projetos. O trabalho do assistente social nesta política. Análise de experiências.

Política de Saúde (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, o debate conceitual e a configuração atual da política de Saúde no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Saúde e questão social. O aparato institucional do Estado e sua relação com a sociedade na área. Reforma sanitária: princípios, implementação e temas da agenda pública atual. A relação entre público e privado na saúde. As noções de saúde e doença e suas implicações para a política de saúde. Papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão da política de Saúde. As tendências de descentralização e municipalização. O financiamento do SUS. O controle social. Os programas e projetos. O trabalho do assistente social na política de Saúde. Análise de experiências.

Política de Previdência Social (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, o debate conceitual e a configuração atual da política de Previdência Social no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Trabalho, previdência e questão social. O aparato institucional do Estado e sua relação com a sociedade na área. Previdência pública e previdência complementar. Os regimes de previdência: repartição e capitalização. Previdência e serviço público. Papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão da política de Previdência Social. As tendências de descentralização e municipalização. As fontes de financiamento. O controle social. Os programas e projetos. O trabalho do assistente social na política de Previdência Social. Análise de experiências.

Política para Infância e Adolescência (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórico-social e a configuração atual da política para Infância e Juventude no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Questão social e condições de vida de crianças e adolescentes no capitalismo. Abordagens teóricas acerca da criança, do adolescente e da família. Histórico das condições de vida de crianças e adolescentes no Brasil. “Trabalho” infantil. O controle social. As marcas político-ideológicas da categoria menor na história da criança e do adolescente no Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e polêmicas. As tendências de descentralização das políticas: fontes de financiamento

e desenho de programas e projetos de atendimento. O trabalho do assistente social nesta política. Análise de experiências.

Política do Trabalho (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, debate conceitual e a configuração atual da política voltada para o trabalho no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Trabalho e questão social. Histórico e principais formas de organização da produção e das políticas públicas e empresariais dirigidas ao trabalhador. Aparato institucional do Estado e sua relação com a sociedade na área. Papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão dessas políticas e seu financiamento. Mercado de trabalho, programas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda. Condições, relações de trabalho e saúde do trabalhador. O trabalho do assistente social nas políticas voltadas aos trabalhadores. Espaços, programas, tendências teórico-metodológicas e implicações éticas. Análise de experiências.

Política Urbana e das Cidades (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, debate conceitual e a configuração atual da política voltada para as cidades no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: A dimensão espacial da questão social. Estado e organização do espaço urbano. Papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas urbanas e das cidades. O Estatuto das Cidades. As fontes de financiamento de políticas públicas. O controle social e a cultura política brasileira. Os programas e projetos. O trabalho do assistente social nas políticas de desenvolvimento urbano. Análise de experiências

Política do Idoso (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, debate conceitual e a configuração atual da política voltada para a velhice no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Questão social, direito social e envelhecimento. Estatuto do Idoso e política nacional. Aparato institucional do Estado e da sociedade civil no atendimento ao idoso. Papel dos sujeitos políticos na formulação e gestão das políticas voltadas

para o idoso. O debate conceitual sobre o processo de envelhecimento no Brasil. As tendências de descentralização e municipalização. As fontes de financiamento. O controle social e a cultura política brasileira. Os programas e projetos. O trabalho do assistente social na política do idoso. Análise de experiências.

Política de Educação (Eletiva)

Objetivos: Conhecer a trajetória histórica, debate conceitual e a configuração atual da política de Educação no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Trabalho, questão social, cidadania e educação. Sistema público de ensino no Brasil: caracterização sócio-histórica. Estado e sociedade civil e os embates em torno do sistema público de ensino. Análise dos programas e projetos sociais de enfrentamento da pobreza e da violência articulados ao campo educacional. A LDB e o Plano Nacional de Educação. O financiamento da educação no Brasil. Estratégias de implantação, acompanhamento e avaliação. A inserção do assistente social nas diferentes áreas da política educacional. A política de educação no estado do Rio de Janeiro e as atribuições e competências municipais. Análise das possibilidades e experiências de intervenção dos assistentes sociais.

Política Social e Relações de Gênero e Etnia (Eletiva)

Objetivos: Analisar a conformação e gestão das políticas sociais brasileiras ante as desigualdades de classe, gênero e raça/etnia.

Ementa: Gênero e raça/etnia como categorias para a análise da questão social e das desigualdades. O debate sobre os princípios de equidade e universalidade na formulação das políticas públicas e seus impactos no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça/etnia. As políticas de ação afirmativa: estratégias e repercussões sociais. O trabalho do assistente social junto a esses segmentos e análise de experiências.

Tópicos Especiais em Políticas Públicas (Eletiva)

Objetivos: Conhecer propostas de políticas públicas e sua interface com a área social, no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e o trabalho do assistente social nesse âmbito.

Ementa: Questão social e políticas públicas. Políticas públicas e políticas sociais. A relação entre público e privado na formulação de políticas públicas. Apresentação de resultados de pesquisas, estudos comparados e experiências profissionais no campo das políticas públicas

Poder Local no Brasil (Eletiva)

Objetivos: Compreender as injunções teórico-políticas presentes na análise do poder local no Brasil a partir da década de 1980, enfatizando a participação dos sujeitos sociais e a contribuição do Serviço Social.

Ementa: Questão social e poder local. O debate teórico e político sobre poder local. O processo de municipalização e descentralização. As relações entre os sujeitos sociais na constituição do poder local: processos de organização e mobilização popular. As expressões locais da cultura política brasileira e entraves para o processo de democratização (ideologia do favor, patrimonialismo, clientelismo, coronelismo e os populismos). Estudos sobre o poder local no estado do Rio de Janeiro e suas expressões. Poder local e Serviço Social.

Planejamento Social

Objetivos: Compreender as estratégias do planejamento social público e privado no Brasil, desenvolvendo competências e habilidades para atuação profissional.

Ementa: Planejamento e capitalismo. Características da intervenção do Estado e planejamento no Brasil. Teorias e modalidades de planejamento. Estratégias participativas e as tendências de descentralização e municipalização. O trato com indicadores econômicos e sociais e o orçamento público. Gerência, planejamento e captação de recursos em ONGs e congêneres. Serviço Social e planejamento: elaboração, coordenação, gestão, execução e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; assessoria e consultoria. Análise de experiências.

Família e Sociedade

Objetivos: Propiciar uma análise das abordagens teóricas sobre a família e seu processo de constituição histórica no Brasil.

Ementa: A família como instituição histórica. Socialização e estrutura de classes. Antecedentes históricos do estudo da família. Diferentes abordagens teóricas atuais sobre a família. Família e sociedade: os novos arranjos familiares e a transformação na intimidade. Família, trabalho e questão social. Família trabalhadora e redes sociais. Família e direitos humanos. Violência doméstica. A família e a formulação e implementação das políticas sociais. Análise de experiências profissionais no trabalho com famílias. Impactos do novo Código Civil na família brasileira.

Direitos Humanos e Serviço Social (Eletiva)

Objetivos: fornecer subsídios que permitam analisar as principais questões que envolvem a plena efetivação dos direitos humanos no Brasil e a contribuição do serviço social nesse processo.

Ementa: Democracia, ética e direitos humanos. Sistema internacional de proteção aos direitos humanos e sua incorporação pela ordem jurídica brasileira. Descompasso histórico entre lei e instituições no Brasil. Os direitos humanos e a construção da cidadania. Desigualdade, questão social e violação dos direitos humanos. Tortura, violência institucional, discriminação de classe, gênero e etnia, geração e orientação sexual. Papel da sociedade civil na garantia dos direitos humanos. A criminalização da questão social no Brasil e as diferentes formas de violência social. Injustiça e impunidade. Direitos humanos e serviço social.

Tecnologia da Informação e Serviço Social (Eletiva)

Objetivo: Proporcionar ao aluno uma aproximação ao debate sobre os impactos sociais das inovações tecnológicas, enfatizando o tratamento das possibilidades de apropriação das tecnologias da informação ao trabalho do Serviço Social em programas e projetos sociais.

Ementa: Conceito de tecnologia; apropriação capitalista da tecnologia; tecnologia e questão social; conceito de tecnologias da informação (TI); condicionantes e potencialidades do uso da TI em programas e projetos sociais; apropriação da TI pelo Serviço Social; projetos e aplicações da TI no exercício profissional.

C – TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

As diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS introduzem uma *inovação no trato dos fundamentos do Serviço Social ao considerar as suas dimensões histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de maneira indissociável*. Propõem a superação do trato analítico segmentar da “história, teoria e metodologia no Serviço Social”, presente no currículo de 1982, expresso em três disciplinas autônomas referentes a cada uma daquelas dimensões.

Esta nova compreensão acerca dos fundamentos do Serviço Social parte do pressuposto de que *a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: o modo de atuar e de pensar construídos ao longo da trajetória profissional, em resposta a contextos particulares*.

Sendo o Serviço Social um produto histórico, adquire sentido e inteligibilidade na história da qual é parte e expressão. Decifrar a profissão supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social; o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado –, assim como seu envolvimento no debate teórico e cultural de seu tempo.

Situar o Serviço Social *na* história é distinto, portanto, de uma história *do* Serviço Social circunscrita ao mundo da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais e/ou o discurso oficial como achados conclusivos da pesquisa. Estes são materiais a serem submetidos ao crivo da crítica, redimensionando o seu significado no jogo das forças sociais.

Considerar a profissão supõe apreendê-la sob dois ângulos indissociáveis entre si: como *fruto da ação e pensamento dos sujeitos que a ela se dedicam, que lhe atribuem finalidades*; e como *atividade socialmente determinada pelas circunstâncias objetivas que estabelecem limites e possibilidades para a ação dos sujeitos*. Estas duas determinações são condicionadas pela correlação de forças sociais que circunscrevem os resultados do trabalho profissional, ultrapassando a vontade e intencionalidade dos agentes individuais. Entre as intenções que movem os(as) assistentes sociais e os resultados do seu trabalho existe um complexo de forças sociais, que impossibilita *a priori* uma identidade entre objetivos e resultados efetivamente obtidos¹⁴.

¹⁴ Ver a respeito; IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*. São Paulo, Cortez Ed./ Celats, 10 ed., 1995.

A concepção que informa as diretrizes é inspirada em uma tradição cultural que, ao privilegiar a história, reconhece não serem as categorias teóricas com as quais se procede a análise fruto de uma formulação autônoma e aleatória do processo de pensar. Ao contrário, aquelas categorias teóricas são entendidas como expressões, na esfera da razão, “*de modos de ser, determinações da existência*” (MARX, 1974:127), dadas na realidade efetiva.

Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social), em que o *método* – não se reduzindo a pautas de procedimentos para o conhecer e/ou o agir – se expressa no processo mesmo do conhecimento. Requer que os fenômenos e processos sociais sejam re-traduzidos na esfera do pensamento, que procura aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações, isto é, em seu processo de constituição e de transformação, pleno de contradições e mediações (em sua totalidade)¹⁵.

Desvendar a profissão é também elucidar a *herança cultural* a partir da qual se constrói o discurso profissional sobre o seu fazer. O Serviço Social, não surgindo como parte da divisão do trabalho entre as ciências, afirma-se como uma *profissão* na sociedade, dotada de uma dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, a qual não se dissocia de implicações de ordem ética e política. Assim, o Serviço Social vem respaldando seu exercício, as sistematizações e os saberes que constrói em parcela do acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade¹⁶. Isto não exclui as contribuições de pesquisas realizadas no universo do Serviço Social ao acervo de conhecimentos relativos aos processos sociais. Na década de 1980, afirma-se a maioria acadêmica dos assistentes sociais, impulsionada pela pós-graduação, pelo crescimento do mercado editorial e por uma fértil produção acadêmica que ultrapassa os muros profissionais, permitindo uma

¹⁵ Cf: COUTINHO, C. N. “Gramsci e as ciências sociais” In: *Marxismo e política: a dualidade dos poderes e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Cortez, 1994.

¹⁶ Em seus primórdios, o Serviço Social estabeleceu uma interlocução privilegiada com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu, tendo se secularizado em estreita aproximação com as concepções estrutural-funcionalistas difundidas nas Ciências Sociais e Humanas norte-americanas, além da incorporação de rudimentos da psicanálise. A aproximação teórica da profissão ao universo diferenciado da tradição marxista ocorre tardiamente, a partir de meados dos anos 1960, na América Latina, no bojo do conhecido “movimento de reconceituação do Serviço Social”. Instaura-se, a partir de então, uma tendência ao *debate plural* no campo da idéias no meio acadêmico do Serviço Social. Assim sendo, é impossível decifrar a profissão independente do diálogo crítico com o acervo intelectual que vem alimentando historicamente a cultura profissional, estabelecendo distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade.

interlocução teórica, no mesmo patamar, com áreas conexas de maior tradição na pesquisa social.

A análise da profissão deverá ter sua ênfase no perfil e no debate contemporâneo do Serviço Social, representando o estudo do passado profissional um recurso analítico para a elucidação do presente. Procura-se evitar uma abordagem evolutiva da profissão, que pode redundar em um privilégio da tradição conservadora do Serviço Social em detrimento das tendências mais recentes que expressam a ruptura com essa tradição. Assim, o curso na sua abertura deverá proporcionar uma visão da profissão na atualidade, afirmando uma ótica de sua análise, apresentando a regulamentação profissional e a organização política, o projeto ético-político que a informa, o mercado de trabalho e as principais linhas do debate profissional. A partir de então, propõe-se um mergulho nas origens e desenvolvimento histórico da profissão no país – remetendo ao cenário internacional, especialmente latino-americano –, elucidando o seu lastro conservador e suas formas de expressão, tendo como marco da periodização as conjunturas nacionais de inflexão no ordenamento societário. O espaço maior na grade curricular deverá estar voltado para a configuração atual e tendências de desenvolvimento da profissão enfeixadas na busca de ruptura com aquela tradição. A consideração dos fundamentos do Serviço Social completa-se com o conjunto das disciplinas voltadas à análise do exercício profissional, condensadas no eixo “Trabalho e Serviço Social”.

A Faculdade de Serviço Social da UERJ desempenhou um papel pioneiro no debate atualmente em curso sobre *trabalho e Serviço Social*. A revisão curricular de 1993 afirmou a compreensão do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, situada no âmbito das relações sociais entre as classes e em suas relações com o Estado. Buscou, assim, apreender o significado social da profissão na sociedade brasileira. Neste sentido, além de contemplar os fundamentos históricos, teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social, atribuiu destacada atenção à pesquisa dos processos sócio-institucionais e culturais que circunscrevem o trabalho profissional. Introduz a abordagem dos processos de trabalho no âmbito da formação profissional, tendo em vista apreender o *processamento da ação do assistente social*. Além de uma linha de pesquisa sobre “trabalho e reprodução social”, o tema foi contemplado com cinco disciplinas obrigatórias e cinco eletivas no currículo de 1993. Três ordens de questão foram objeto de pesquisa: *a contribuição marxiana relativa ao processo de trabalho, a inserção no*

setor de serviços e a delimitação dos elementos fundantes do processo de trabalho do Serviço Social.

A proposta desta unidade de ensino impulsionou a elaboração das diretrizes curriculares para a área de Serviço Social (1996), sob a coordenação da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – hoje ABEPSS – contribuindo para a introdução do tema como um dos eixos centrais da formação profissional (ABESS/CEDPESS, 1997), cuja construção analítica encontra-se em processo de desenvolvimento¹⁷.

O foco no eixo *Trabalho e Serviço Social* incide sobre a compreensão dos fundamentos do serviço social e polêmicas teóricas relativas à temática, sobre o trabalho e a sociabilidade, os princípios e implicações éticas do projeto profissional. Inclui também a análise do mercado de trabalho e das diversas inserções do assistente social em distintos processos e relações de trabalho, organizados por seus empregadores – Estado (executivo, judiciário e legislativo), empresas privadas, organizações não governamentais e congêneres. Aqui também se ressalta o processamento do trabalho do assistente social em condições e relações determinadas, no âmbito das quais implementa suas atribuições e desenvolve habilidades profissionais.

Cabe chamar atenção para a conjunção entre projeto profissional e estatuto assalariado ou entre projeto de profissão e seu exercício efetivo no mercado de trabalho, cujo perfil é indissociável da contrarreforma dos Estados nacionais, segundo preceitos neoliberais preconizados pelos organismos multilaterais, da reestruturação da produção e dos mercados, assim como do nível de organização e luta da sociedade civil. Assim, a análise do significado social do trabalho profissional, na ótica da totalidade, supõe decifrar as relações sociais nas quais se realiza em contextos determinados: as condições e relações de trabalho, o conteúdo e direção social do trabalho profissional, as estratégias acionadas e os resultados obtidos, o que passa pela mediação do trabalho assalariado e pela correlação de forças econômica, política e cultural no nível societário. Articula, pois, um conjunto de determinantes a serem

¹⁷ Desde então, importantes investimentos no campo da produção acadêmica foram realizados, dentro de um esforço coletivo de construção teórica desse ângulo de análise do trabalho profissional, afinando e refinando a abordagem inicial (BARBOSA, CARDOSO, ALMEIDA, 1998; MOTA, 1998; IAMAMOTO, 1998, 1999; 2002; GRANEMANN, 1999; SERRA, 2000; COSTA, 2000; FREIRE, 1999a e 1999b; CARDOSO, FRANCISCO, 1999; entre outros, além do conjunto de publicações constantes na *Revista Em Pauta* desta unidade acadêmica.). Por outro lado, abriram-se *polêmicas* sobre a compreensão do Serviço Social enquanto *trabalho* (LESSA, 1999, 2000; GUERRA, 2000; RAMOS; GOMES, 2000; entre outros).

considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis à viabilização do trabalho. Aliam-se a estes determinantes os compromissos firmados no contrato de trabalho (salário, jornada, benefícios, etc) e sua efetivação, envolvendo padrões de produtividade, formas de gestão, entre outras dimensões, que afetam o conteúdo do trabalho. Certamente as respostas acionadas dependem do perfil social e profissional dos assistentes sociais e, em particular, da apropriação teórico-metodológica para leitura dos processos sociais, dos princípios éticos, da clareza quanto às competências, atribuições e o domínio de habilidades adequadas ao trabalho concreto realizado, o que condiciona a eleição das estratégias acionadas, a qualidade e resultados dos serviços prestados.

Nesse sentido, merecem destaque as atribuições do assistente social na administração e planejamento nas esferas pública e privada, a pesquisa, o trabalho junto a indivíduos, família e coletividades inscritas na dinâmica societária, a interseção da violência, dos direitos humanos, das relações de gênero, etnia e geração no trabalho profissional.

O processamento da ação é considerado privilegiadamente nas disciplinas relativas às políticas sociais setoriais e, sobretudo, no estágio supervisionado em articulação com os programas de pesquisa e extensão pela via de laboratórios a serem realizados como atividade na grade curricular. O conjunto de disciplinas relativas ao estágio supervisionado é, portanto, responsável, dentre outras disciplinas a exemplo das alterações sugeridas nas disciplinas de política social, pela orientação quanto à condução e instrumentalização do exercício profissional. Esta proposta reitera a articulação teórico-prática como perspectiva pedagógica norteadora do raciocínio da nova proposta curricular

Serviço Social na Atualidade

Objetivos: Efetuar uma aproximação ao significado social da profissão e ao mercado de trabalho, sua organização jurídico-institucional no Brasil, formação profissional e produção acadêmica.

Ementa: O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. Questão social, direitos sociais e a profissionalização do Serviço Social. Demandas sociais, mercado de trabalho e experiências profissionais de ponta. A

organização política da categoria, a legislação profissional, o movimento estudantil e a formação acadêmica. O projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.

Fundamentos do Serviço Social I

Objetivos: Conhecer as origens e a institucionalização do Serviço Social na América Latina, com ênfase no Brasil, as principais formulações e ideário profissional entre os anos 1920 e 1960 do século XX.

Ementa: Expansão monopolista e questão social. Origens e institucionalização do Serviço Social na América Latina, em especial no Brasil. A influência do pensamento conservador na formação da profissão. O Serviço Social como estratégia de condicionamento sócio-cultural da classe trabalhadora no pós-guerra: Serviço Social de Caso e de Grupo. Os organismos internacionais e o Desenvolvimento de Comunidade no cenário latino-americano.

Fundamentos do Serviço Social II

Objetivos: Analisar o Movimento de Reconceituação latino-americano do serviço social nos anos 1960 e 1970 do século XX.

Ementa – Condições sócio-históricas, políticas e culturais da América Latina e as ditaduras do Cone Sul. O debate sobre a teoria da modernização, da marginalidade e a teoria da dependência. A origem e o desenvolvimento diferenciado do movimento de reconceituação: a crítica à tradição clássica. O Serviço Social brasileiro e a interlocução latino-americana: contextualização histórica e fundamentação teórico-metodológica: O desenvolvimento de comunidade e seus fundamentos teórico-práticos. A influência do estrutural funcionalismo e da teoria de sistemas na matriz modernizadora do Serviço Social. A análise das políticas sociais brasileiras pela vertente modernizadora e sua concepção de intervenção profissional.

Fundamentos do Serviço Social III

Objetivos: Conhecer o debate e a agenda política da profissão na América Latina, com ênfase no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 do século XX.

Ementa: Estado ditatorial no Brasil, sua crise e a renovação do Serviço Social. O debate teórico-metodológico: funcionalismo, fenomenologia e dialética. A presença da tradição marxista na produção teórica do Serviço Social brasileiro: o embate com o conservadorismo e a superação do movimento de reconceituação latino-americano.

O método histórico-dialético e a busca de ultrapassagem do pragmatismo e do cientificismo. O pensamento fenomenológico e suas influências no Serviço Social.

Fundamentos do Serviço Social IV

Objetivos: Conhecer a agenda do Serviço Social brasileiro e latino-americano a partir da década de 1990 e problematizar os desafios à efetivação do projeto ético-político profissional.

Ementa: O contexto de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país e o marco jurídico-político da Constituição Federal de 1988. A agenda do debate dos anos oitenta: Estado, políticas sociais públicas e privadas; a produção e reprodução social; o espaço institucional; o papel do intelectual, os movimentos sociais, a ética e a dimensão política da profissão. O pluralismo, a revisão da formação profissional e a pós-graduação.

Fundamentos do Serviço Social V

Objetivos: Conhecer a agenda do Serviço Social brasileiro e latino-americano a partir da década de 1990 e problematizar os desafios à efetivação do projeto ético-político profissional.

Ementa: Mundialização financeira, determinações históricas da “questão social” nos anos 1990 e impactos sobre a profissão no Brasil. Polêmicas sobre trabalho e Serviço Social. O Serviço Social na seguridade e o debate sobre a esfera dos serviços. Controle social, sujeitos políticos e esfera pública. Mutações no mercado de trabalho e implicações no exercício profissional. Construção do projeto ético-político do Serviço Social, trabalho assalariado e desafios históricos contemporâneos à consolidação desse projeto. A articulação latino-americana e o MERCOSUL. O Serviço Social brasileiro no circuito internacional.

Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social I, II, III, IV e V (Eletivas)

Objetivos: Conhecer temas e questões contemporâneas no campo dos fundamentos do Serviço Social.

Ementa: Temas contemporâneos, resultados de pesquisas, estudos comparados e polêmicas no campo dos fundamentos do Serviço Social.

Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade

Objetivos: Aprofundar a compreensão do trabalho em sua dimensão ontológico-histórica na teoria social de Marx e a polêmica contemporânea sobre a centralidade do trabalho e implicações para a constituição de identidades sociais.

Ementa: Práxis, trabalho e alienação. Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea: a contribuição da teoria social de Marx. Divisão social e técnica do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital. Processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. Trabalho na esfera dos serviços. Trabalho e identidades sociais. Polêmica contemporânea em torno da centralidade do trabalho.

Pesquisa e Serviço Social

Objetivos: Conhecer o significado, as formas e as possibilidades da produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais, desenvolver a atitude investigativa e apreender o processo de pesquisa, considerando as tendências atuais no Serviço Social.

Ementa: As formas do conhecimento. Conhecimento e método científico. Epistemologia do trabalho científico. Principais correntes de pensamento na pesquisa social: positivismo, fenomenologia e marxismo. As implicações éticas, ideológicas e políticas das principais abordagens científicas. O debate contemporâneo sobre os paradigmas nas Ciências Sociais. A pesquisa e a produção de conhecimento no Serviço Social. O registro, a sistematização e a investigação no trabalho profissional. A construção do projeto de pesquisa. Técnicas e métodos nas pesquisas quantitativa e qualitativa.

Laboratório de Pesquisa I e II

Objetivos: Integração das atividades de pesquisa, extensão e ensino, com ênfase no estágio supervisionado e TCC, nas áreas temáticas delimitadas pelos programas institucionalizados na unidade, em articulação com as disciplinas de estágio supervisionado.

Ementa: Aprofundamento de temas vinculados às linhas de pesquisa dos programas, conforme planejamento acadêmico próprio a cada programa, desenvolvendo atividades como: conferências, seminários, intercâmbio de experiências, depoimentos de representantes da sociedade civil, usuários, gestores e

profissionais de campo, atividades culturais e outros. Orientação coletiva de estagiários, pesquisadores e supervisores de campo.

Ética e Serviço Social

Objetivos: Conhecer os fundamentos ontológicos da moral e da ética e efetuar uma leitura crítica do debate ético no Serviço Social e sua regulamentação, aprofundando a análise do Código de Ética em vigência.

Ementa: Ontologia, moral e ética. Ética e política. Ética, questão social, projetos societários e trabalho profissional. Os códigos de ética profissional na história do Serviço Social: fundamentos teórico-filosóficos e a articulação com projetos societários. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na atualidade: hegemonia e contra-hegemonia. Desafios éticos na operacionalização do trabalho profissional. O ambiente intelectual e moral: crise de valores e impactos no exercício profissional. Análise do Código vigente e suas implicações no exercício profissional. O significado do Conjunto CFESS/CRESS.

Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social (Eletiva)

Objetivos: Conhecer temas e questões contemporâneas no campo da moral e da ética e implicações para o Serviço Social.

Ementa: Temas contemporâneos, resultados de pesquisa, estudos comparados e polêmicas no campo da moral e da ética, salientando suas implicações para a profissão.

Ética e Sociedade (Eletiva)

Objetivos: Problematizar os dilemas éticos nas relações sociais contemporâneas.

Ementa: Ética, trabalho e ser social. Ética e economia capitalista. Ética e relações internacionais. Ética, poder político e democracia. Ética e cultura. Ética e família. Ética e sexualidade. Ética e relações de gênero e etnia.

Serviço Social e Trabalho Profissional I

Objetivos: Instrumentalizar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício das atribuições profissionais do assistente social, a partir do conhecimento das expressões da questão social e dos processos de trabalho

presentes nas instituições e organizações, de acordo com o projeto ético-político profissional.

Ementa: O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. O espaço institucional, relações de poder e hegemonia na dinâmica institucional. Elementos teóricos e experiências de análise institucional: correlação de forças, alianças, processos de negociação, socialização da informação. Perfil sócio-econômico e cultural dos usuários. Trabalho em equipe interdisciplinar. Análise de experiências profissionais.

Serviço Social e Trabalho Profissional II

Objetivos: Instrumentalizar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício das atribuições profissionais do assistente social, a partir do conhecimento das expressões da questão social e dos processos de trabalho presentes nas instituições e organizações de acordo com o projeto ético-político profissional.

Ementa: O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. A dimensão individual e familiar no trabalho profissional. O trabalho do assistente social e o lugar da: observação, linguagem, escuta, reflexão, diálogo, visita domiciliar e registro. Teorias e técnicas de entrevista. Estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais. Orientação social e encaminhamentos. Vistorias, perícias técnicas e laudos, informações e pareceres. Análise de experiências profissionais.

Serviço Social e Trabalho Profissional III

Objetivos: Instrumentalizar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício das atribuições profissionais do assistente social, a partir do conhecimento das expressões da questão social e dos processos de trabalho presentes nas instituições e organizações de acordo com o projeto ético-político profissional.

Ementa: O trabalho do assistente social com indivíduos, famílias, grupos e coletividades. Teorias, técnicas e experimentos de grupo. Os conceitos e experiências de educação popular, assessoria e consultoria. Processos de formação da consciência, organização coletiva e mobilização social. Processos educativos, recursos de comunicação social e formação cultural. Produção de materiais

pedagógicos e socialização de informações. Análise de experiências junto aos movimentos sociais e equipes de trabalho.

Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional I (Eletiva)

Objetivos: Instrumentalizar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício das atribuições profissionais do assistente social, a partir do conhecimento das expressões da questão social e dos processos de trabalho presentes nas instituições e organizações de acordo com o projeto ético político profissional.

Ementa: Estudo de novas possibilidades para o exercício profissional, a exemplo de capacitação de conselheiros, orçamentos participativos, supervisão e assessorias, dentre outros.

Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional II (Eletiva)

Objetivos: Instrumentalizar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício das atribuições profissionais do assistente social, a partir do conhecimento das expressões da questão social e dos processos de trabalho presentes nas instituições e organizações de acordo com o projeto ético político profissional.

Ementa: Estudo de novas possibilidades para o exercício profissional, a exemplo de capacitação de conselheiros, orçamentos participativos, supervisão e assessorias, dentre outros.

Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional III (Eletiva)

Objetivos: Instrumentalizar os alunos no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício das atribuições profissionais do assistente social, a partir do conhecimento das expressões da questão social e dos processos de trabalho presentes nas instituições e organizações de acordo com o projeto ético político profissional.

Ementa: Estudo de novas possibilidades para o exercício profissional, a exemplo de capacitação de conselheiros, orçamentos participativos, supervisão e assessorias, dentre outros.

Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico (Eletiva)

Objetivos: Analisar a Justiça na atualidade brasileira, tanto na esfera dos três poderes e desenvolver habilidades para a atuação profissional neste âmbito.

Ementa: Justiça, igualdade e desigualdade. Justiça, questão social, democracia e direitos no Brasil. Impactos do neoliberalismo e da contra-reforma do Estado na Justiça. Relação entre as esferas pública e privada e as demandas da população para a Justiça. O papel do Ministério Público na garantia dos direitos. Crise do Judiciário. Juizados especiais criminais. Justiça terapêutica e penas alternativas. O trabalho do assistente social na esfera sócio-jurídica. Direitos humanos. Sistema penitenciário e Lei de Execução Penal. Programas de proteção a testemunhas e vítimas de violência. Análise de experiências.

Estágio Supervisionado I

Objetivos: Desenvolver atividade teórico-prática de estágio supervisionado, em estabelecimentos públicos e privados, prestadores de serviços sociais e oportunizar espaços de exercício profissional, segundo os preceitos éticos e a regulamentação da profissão.

Ementa: As políticas sociais setoriais e suas determinações na organização e condução dos processos de trabalhos coletivos nos estabelecimentos campos de estágio. As particularidades da inserção do assistente social. Processos e procedimentos profissionais de apreensão da realidade social e da dinâmica institucional e formas de gestão do trabalho profissional. O espaço institucional, relações de poder e hegemonia da dinâmica institucional. Procedimentos de registro e reflexão do trabalho profissional.

Estágio Supervisionado II

Objetivos: Desenvolver atividade teórico-prática de estágio supervisionado, em estabelecimentos públicos e privados prestadores de serviços sociais, e oportunizar espaços de exercício profissional, segundo os preceitos éticos e a regulamentação da profissão.

Ementa: As particularidades das expressões da questão social nos estabelecimentos campos de estágios e as estratégias institucionais de enfrentamento das mesmas. Perfil sócio-econômico e cultural dos usuários dos serviços das políticas sociais específicas e as expressões da questão social. Procedimentos de caracterização da população e de registro do trabalho profissional. O projeto de intervenção: aprofundamentos quanto aos objetos e objetivos da intervenção. Procedimentos de registro e reflexão do trabalho profissional.

Estágio Supervisionado III

Objetivos: Desenvolver atividade teórico-prática de estágio supervisionado, em estabelecimentos públicos e privados prestadores de serviços sociais e capacitar para o exercício profissional, segundo os preceitos éticos e a regulamentação da profissão.

Ementa: A condução metodológica dos processos de avaliação de políticas, programas e projetos nos estabelecimentos campos de estágio. A ação interinstitucional no trabalho do assistente social: assessoria, controle social e articulação com a rede socioassistencial e com os movimentos sociais. A elaboração de propostas e indicadores de avaliação do trabalho profissional em termos processuais, de impacto e de resultados. Procedimentos de registro e reflexão do trabalho profissional.

Estágio Supervisionado IV

Objetivos: Desenvolver atividade teórico-prática de estágio supervisionado em estabelecimentos públicos e privados prestadores de serviços sociais e capacitar para o exercício profissional, segundo os preceitos éticos e a regulamentação da profissão.

Ementa: A dimensão investigativa do trabalho do assistente social nos estabelecimentos campos de estágio. A condução de atividades de sistematização como componente do trabalho profissional. A proposição e condução de atividades investigativas integradas à dinâmica do estágio que possam subsidiar a construção do trabalho de conclusão de curso. A supervisão como atividade componente do trabalho profissional. Procedimentos de registro e reflexão do trabalho profissional.

Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)

Objetivos: Propiciar orientação acadêmica para a realização de monografia pelo aluno.

Ementa: Realização de monografia científica como exigência curricular para obtenção do diploma. Pode assumir a forma de sistematização da experiência de estágio, ensaio teórico, exposição de resultados de pesquisa bibliográfica ou de campo, resultante de um processo investigativo, a partir de uma indagação teórica, ou oriunda da experiência de estágio.

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

Objetivos: Propiciar orientação acadêmica para a realização de monografia pelo aluno.

Ementa: Realização de monografia científica, mediante orientação acadêmica, como exigência de integralização curricular e de obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Redação final do TCC.

Tópicos Especiais em Trabalho e Serviço Social (Eletiva)

Objetivos: Conhecer temas e questões contemporâneas no campo da relação entre Serviço Social e trabalho.

Ementa: Temas contemporâneos, resultados de pesquisas, estudos comparados e polêmicas no campo da relação entre Serviço Social e Trabalho.

3. Recomendações Pedagógicas

1. Assegurar no conjunto das disciplinas recursos didáticos e pedagógicos, a exemplo da linguagem literária, cinematográfica, teatral, musical, imprensa, dentre outras, de modo a desenvolver reflexões críticas e criativas sobre a vida social, a partir da interlocução com múltiplas linguagens, relacionando-as com o modo de vida e socialização dos estudantes.

2. Estimular o estudo de, ao menos, uma língua estrangeira.

3. Assegurar, nas disciplinas de Fundamentos do Serviço Social, a leitura de autores representativos do período histórico contemplado na disciplina.

4. As disciplinas de Estágio Supervisionado deverão assegurar ao máximo as ênfases previstas nas ementas, sem prejuízo da dinâmica da inserção dos alunos nos campos, acompanhando o processo de amadurecimento profissional dos mesmos.

5. A disciplina de Estágio deverá estimular o aluno a direcionar seu Relatório Final para o TCC, no caso deste último referir-se ao campo.

6. Segundo as novas exigências de carga horária mínima para a criação de novas versões curriculares (Resolução CNE/CES, n. 2/2007, de 18/06/2007, Resolução CNE/CES n. 3/2007, de 02/07/2007 e Parecer CNE/CES n. 261/2006, de 09/11/2006) o curso de Serviço Social precisa contemplar 3000 horas de carga horária mínima. Isso é equivalente a 4000 horas de 45 minutos, uma vez que a UERJ define em 45 minutos a hora-aula de seus cursos noturnos, situação do curso de Serviço Social. Nesse sentido, o presente projeto de revisão curricular precisou realizar adequações de carga horária, no sentido da sua ampliação, a fim de atender tais exigências legais. Após discussões com o conjunto da unidade, deliberou-se pela ampliação da carga horária prática de algumas disciplinas, com as respectivas justificativas, a saber:

- Disciplinas obrigatórias que já possuíam carga horária prática e que foram aumentadas em 01 crédito cada (30 horas):

- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II – 60 horas.

- Ética e Serviço Social – 30 horas.

- Serviço Social e Trabalho Profissional I, II e III – 90 horas.

O aumento da carga horária prática dessas disciplinas era reivindicação antiga dos docentes da unidade, referente, principalmente, ao cômputo real do tempo necessário para a elaboração da monografia (TCC I e II), momento incontestado de retenção do alunado no curso; a ampliação da análise dos desafios éticos na

operacionalização do trabalho profissional (Ética e Serviço Social) e, por fim, o aprofundamento do conhecimento dos processos de trabalho presentes nas instituições e organizações (Serviço Social e Trabalho Profissional I, II e III). Tal alargamento de carga horária permitirá que os alunos se aprofundem nesses conteúdos e atividades, garantindo a qualidade da formação profissional, frente aos desafios contemporâneos, notadamente, na pesquisa e na análise da intervenção em Serviço Social.

Disciplinas obrigatórias que passaram a ter carga horária prática:

- Planejamento Social – 30 horas
- Família e Sociedade – 30 horas
- Classes Sociais, Gênero, Etnia e Geração – 30 horas
- Direitos Sociais e Serviço Social – 30 horas
- Pesquisa e Serviço Social – 30 horas.

A inclusão da carga horária prática nessas disciplinas permitirá dar um caráter também prático aos seus conteúdos programáticos. No tocante à disciplina de “Planejamento Social”, admitir-se-ão análises de experiências no âmbito do planejamento e gestão de políticas sociais, área em franco crescimento no exercício profissional.

No âmbito das disciplinas “Família e Sociedade” e “Classes Sociais, Gênero, Etnia e Geração”, haverá maior tempo para analisar experiências profissionais no trabalho com famílias e explorar as possibilidades de mediação entre o trabalho do assistente social, seus fundamentos teóricos e as relações de classe, gênero, etnia e geração.

A disciplina “Direitos Sociais e Serviço Social” é uma disciplina nova no currículo e demanda investimentos do alunado na avaliação do arcabouço jurídico-legal dos direitos sociais e suas repercussões no trabalho do assistente social.

O registro, a sistematização e a investigação no trabalho profissional representam um eixo fundamental da formação profissional, conforme apresentado anteriormente. Com a ampliação da carga horária prática da disciplina de “Pesquisa e Serviço Social”, os alunos terão mais tempo para investir na construção do projeto de pesquisa, com impactos importantes para o momento de entrada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, bem como o aprofundamento nas técnicas e métodos nas pesquisas quantitativa e qualitativa.

Para finalizar, cabe mais uma ponderação acerca do aumento da carga horária prática nas disciplinas mencionadas. Apesar de uma parcela considerável de nossos

alunos serem trabalhadoras (es), o perfil de inserção no mercado de trabalho mudou, seguindo o processo mais amplo de precarização do trabalho no Brasil. Se nas décadas anteriores, as (os) alunas (os) trabalhadoras (es) tinham empregos mais formais e com jornadas mais extensas de trabalho, agora são alunas (os) que entram na universidade com vínculos empregatícios precários, com baixos salários e menores jornadas. Com as oportunidades de bolsas ou estágios remunerados, abrem mão dos empregos ou reduzem a carga horária em outros tipos de atividade laboral. Isso significa que nossas (os) alunas (os) têm maiores possibilidades de cumprirem as cargas horárias práticas previstas no novo currículo, mesmo considerando que as mesmas estão concentradas no horário noturno, conforme evidenciado na Grade Curricular.

Na proposta anterior de revisão curricular, a disciplina de Estágio Supervisionado totalizava 165 horas semestrais, sendo 45 horas de carga horária teórica e 120 horas de carga horária no campo de estágio, esta medida em hora cheia de 60 minutos. Como não podemos considerar 02 (duas) unidades de medida de tempo – carga horária prática de Estágio Supervisionado equivalente a 1 hora de 60 minutos e o restante das disciplinas com 1h de 45 minutos – houve uma redução dessa carga horária de 120 horas de 60 minutos para 113 horas de 60 minutos, equivalendo a 150 horas de 45 minutos, tal como previsto nas ementas, no plano de periodização e na grade horária. A diminuição de 28 horas nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV não afeta a inserção e o desempenho dos alunos nessas disciplinas.

7. Oferecer disciplinas eletivas no período vespertino, atendendo solicitação do alunado.

8. Cabe observar em relação às diferentes disciplinas de Tópicos Especiais que, mesmo sendo os seus conteúdos variáveis, só existe a possibilidade de registro de uma aprovação para cada disciplina no histórico escolar do aluno, quando o código da disciplina for o mesmo.

9. No que se refere às Atividades Curriculares Complementares, apesar de ser uma indicação das Diretrizes Curriculares, a carga horária curricular total prevista para o novo currículo não permitiu seu cômputo, tendo em vista o conjunto de horas das atividades de estágio¹⁸.

¹⁸ O Ministério da Educação, ao prever as atividades curriculares complementares, o faz de forma conjunta com a carga horária de estágio, estabelecendo 20% da carga horária total dos cursos de graduação como o limite adotado para ambas, conforme parágrafo único da Resolução n.2, de

Desta forma, a Faculdade de Serviço Social, face à pertinência da referida indicação, avaliou ser importante assegurar o registro dessas atividades no Histórico Escolar do estudante, de acordo com o Quadro I, apresentado a seguir, no qual constam as atividades reconhecidas pela unidade de ensino, bem como os requisitos correspondentes. Para o acompanhamento e aferição desses créditos, deverão ser criadas uma política e uma estrutura correspondentes. Isto é, entende-se que deverá ser providenciada, pelos órgãos pertinentes da universidade, a inclusão das atividades, efetivamente desenvolvidas pelos estudantes, no Histórico Escolar.

Quadro I – Atividades que deverão ser registradas no histórico escolar

ATIVIDADES	REQUISITOS PARA REGISTRO NO HISTÓRICO ESCOLAR
Bolsa de Iniciação Científica	Declaração do CETREINA atestando a condição de bolsista.
Bolsa de Monitoria	Declaração do CETREINA atestando a condição de bolsista.
Bolsa de Iniciação Científica	Declaração do CETREINA atestando a condição de bolsista.
Bolsa de Extensão	Declaração do CETREINA atestando a condição de bolsista.
Bolsa de Programa de Educação Tutorial	Declaração da SR-1 atestando a condição de bolsista.

Na terceira e última parte deste Projeto do Novo Currículo são apresentados todos os documentos pertinentes à estruturação curricular, sendo que o nosso curso prevê, então, para a integralização curricular:

- **38 disciplinas obrigatórias**, totalizando **219 créditos e 4.020 horas**, sendo que destas, **780 horas** se referem a Estágio Curricular, dispostas **180 horas** em carga horária teórica e **600 horas** de inserção em estágio supervisionado.

- As disciplinas eletivas correspondem a 32 créditos e 480 horas, sendo que 16 créditos deverão ser cursados como disciplinas eletivas “definidas”, escolhidas pelo aluno entre as opções previstas pelo Novo Currículo. A cada semestre letivo deverão ser ofertadas, no mínimo, 08 (oito) disciplinas. Os outros 16 créditos em disciplinas

18/06/2007 (MEC/CNE, 2007). O total da carga horária do curso é de 4000 horas para a integralização curricular, sendo que 20% deste montante, o que equivaleria a 800 horas, já conta com o cômputo de 780 horas para a disciplina curricular de Estágio Supervisionado, em quatro períodos do curso. Assim, restaria apenas 20 horas, o que não corresponde nem mesmo a 1%, não permitindo, desta forma o cômputo de carga horária em atividades complementares para a integralização curricular.

eletivas poderão ser cursados entre aquelas eletivas “universais”, bem como entre as eletivas “definidas” da unidade acadêmica. Isto é, o aluno poderá escolher se deseja cursar tais disciplinas eletivas na própria unidade acadêmica ou naquelas disponibilizadas pelos diferentes cursos da universidade.

4. Avaliação do Projeto Pedagógico da graduação em Serviço Social

A avaliação de um projeto pedagógico não consiste numa tarefa simples e que se dê sob a responsabilidade de um grupo apenas, ainda mais considerando que a Faculdade de Serviço Social tem uma longa tradição de desenvolvimentos de atividades desta natureza: conselhos de classe, assembleias, blocos de disciplinas, reuniões de departamentos e comissões, para citar as mais importantes. Nosso maior

desafio é o de articular as práticas já consolidadas com as que ainda precisamos instituir numa dimensão orgânica aos processos institucionais que conformam a vida acadêmica da unidade. Deste modo, propomos a constituição de um processo de avaliação do projeto pedagógico e não apenas do currículo, visando assegurar o envolvimento de todo corpo docente e discente numa dinâmica que permita identificar nos resultados alcançados não apenas a operacionalização de uma nova grade curricular, mas sua relação com o fortalecimento da unidade como espaço de formação, produção e socialização de conhecimentos.

Pensamos na organização de um processo integrado dos diversos níveis de complexidade das atividades acadêmicas e administrativas. Estes níveis são: gestão acadêmica e administrativa; desenvolvimento da proposta; resultados e impactos acadêmicos do projeto. O primeiro nível do processo de avaliação envolve os esforços empreendidos pelos órgãos gestores da unidade pela implantação do projeto pedagógico, ou seja, a direção da unidade, coordenação de curso de graduação, coordenação de estágio e chefias de departamento. Neste nível serão avaliados os processos institucionais deflagrados para a plena implantação e gestão do projeto pedagógico e através das reuniões gerais e administrativas, reuniões departamentais, semanas acadêmicas, reuniões das coordenações com os professores e alunos com periodicidades já definidas na dinâmica da unidade: quinzenais, mensais e semestrais.

Neste nível do processo teremos como foco da avaliação: 1- processos institucionais de planejamento da implantação e avaliação do projeto pedagógico; 2- garantia da infraestrutura necessária à implantação do currículo; 3- gestão da oferta de disciplinas, componentes curriculares e trânsitos entre grades curriculares; 4- processos de estudo sobre evasão, repetência, retenção, trancamentos, transferências, aproveitamento de estudos, rendimento acadêmico, conclusão, frequência, campos de estágio, produção discente, perfil de ingressantes e concluintes, atividades complementares e inserção nas atividades acadêmicas da universidade (monitoria, estágio interno complementar, extensão e iniciação científica); 5- processos de comunicação e informação necessários entre os diferentes setores e o alunado; 6- processos de avaliação externa; 7 – articulação com as entidades da categoria profissional.

Em relação ao segundo nível a responsabilidade é, sobretudo, dos departamentos com o apoio das coordenações de estágio e de curso de graduação. O foco central neste nível é o do desenvolvimento dos conteúdos e processos

pedagógicos. A partir das atividades já desenvolvidas historicamente na unidade como os conselhos de classe, reuniões de departamentos, reuniões com os professores de estágio, reuniões de blocos de disciplina e de comissões especiais, a avaliação será conduzida de forma processual, obedecendo ao calendário acadêmico semestral da unidade.

Na condução deste momento da proposta de avaliação serão observados aqueles processos considerados centrais à implantação do projeto pedagógico: 1- preparação do corpo do docente para a implantação da nova grade curricular; 2- articulação das disciplinas por período, bloco e núcleos de fundamentação da formação definidos nas Diretrizes para a Formação do Assistente Social (fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional); 3- elaboração e discussão dos programas das disciplinas; 4- instrumentos e resultados das avaliações realizadas pelas disciplinas; 5- condução pedagógica das disciplinas (incluindo as cargas horárias práticas); 6- oferta das disciplinas eletivas; 7- oferta de campos de estágio; 8- articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação; 9- momentos de sínteses da formação ao longo do curso: períodos iniciais, ingresso e conclusão do estágio, elaboração do trabalho de conclusão do curso; 10- desempenho e rendimento dos alunos nas disciplinas.

O terceiro nível envolve o conjunto dos setores da unidade e está voltado para avaliar os resultados parciais e finais do processo de formação profissional. Neste sentido serão necessários estudos mais sistemáticos que os já existentes e alguns que ainda não iniciamos na trajetória da unidade. O foco deste nível é a avaliação do alcance do perfil de profissional definido no projeto pedagógico, o que envolve as dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da formação profissional. Este processo será conduzido ao longo e após a formação para que possamos avaliar de fato as mudanças que ocorrem a partir dos diferentes momentos da trajetória do alunado no curso. Particularmente, ao concluírem determinados blocos de disciplinas, os períodos de estágio supervisionado, a elaboração dos projetos de intervenção e de pesquisa e a produção do trabalho de conclusão de curso.

Serão observados neste processo: 1- o perfil sociocultural dos alunos ao ingressarem e ao concluírem; 2- as competências e habilidades profissionais desenvolvidas; 3- a compreensão das particularidades do trabalho profissional; 4- a duração e o percurso acadêmico na graduação; 5- as formas de ingresso no mercado

de trabalho; 6- a permanência na trajetória acadêmica em termos de pós-graduação (na própria FSS/UERJ e em outras unidades/universidades); 7- a inserção/participação nas entidades representativas profissionais e nos movimentos sociais; 8- a inserção em programas de residências; 9- o investimento na carreira docente.

A condução desse processo de avaliação, portanto, envolverá o conjunto da unidade em diferentes atividades e momentos e, para tanto, terá que obedecer a um rigoroso processo de planejamento, sistematização e socialização dos resultados qualitativos e quantitativos produzidos em cada um dos níveis assinalados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In *Cadernos ABESS: formação profissional: trajetória e desafios*. n.7. São Paulo, Cortez, 1997. [Ed. Especial].

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Serviço Social e Sociedade: O Serviço Social no século XXI*. n. 50. São Paulo, Ed. Cortez, ano XVII, abril de 1996.

_____. *Política nacional de estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*. Brasília, documento final, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*. n. 52. São Paulo, Cortez, ano XVII, dez. 1996, pp.7-23.

_____. (Coord.) *Reflexões iniciais sobre a construção do novo currículo pleno do curso de Serviço Social da FSS/UERJ*. PEEPSS/FSS/UERJ, (mimeo), ago de 1999.

_____. “Documento base para discussão da política de pesquisa e extensão da FSS/UERJ”, Rio de Janeiro. FSS/UERJ, 2001.

ANDES. SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Proposta da ANDES - Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira. *Cadernos ANDES*. n. 2. Brasília, julho de 1996, 2a. ed. rev. e atualiz.

_____. Caderno de Textos – 22^o Congresso do ANDES-SN. Teresina (PI), 08 a 13 de março de 2003.

_____. Cadernos de Textos do 30^o Congresso Nacional do ANDES-Sindicato Nacional. Uberlândia (MG), 14/20 fev. 2011, p.30.

ANEL. Governo Dilma anuncia corte de R\$ 1 bilhão na educação. [Disponível em <http://anelivre.blogspot.com/2011/02/educacao.html>; <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/02/12/corte-no-ministerio-da-educacao-sera-de-1-bilhao-362797.asp> – Último acesso em 20/09/2011]

BARBOSA, R. N. B., CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. A categoria ‘processo de trabalho’ e o trabalho do assistente social. In: *Serviço Social e Sociedade*. n 58. São Paulo, Cortez, ano XIX, nov. 1998, p. 109-130.

BATISTONE, Rosângela; MELLO E OLIVEIRA, Isaura Isoldi de; CYWINSKI, Mercedes Manchado. Proposta curricular da faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo In: *Cadernos ABESS* Nº 8. São Paulo, Cortez, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

_____; CARDOSO, Isabel; GRANEMAN, Sara; IAMAMOTO, Marilda; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Currículo Mínimo: Novos Subsídios para o Debate” In: *Cadernos ABESS* Nº7. SP, ABESS/Cortez, 1997.

BENJAMIN, C. et al *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p.192.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (MEC/CNE). Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. [Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6. [Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, p. 6 com incorreção no original].

CARDOSO, I.; FRANCISCO, E. M. “Considerações ao debate da teoria do processo de trabalho”. In: *(Syn)Thesis*, Rio de Janeiro, vol. II, nº 2, 1999.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. "Avaliação da universidade: legitimação e Lógica Mercantil" In: *Temporalis*: Revista da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2 Suplemento, Brasília, ABEPSS, 2001.

CASSAB, Maria Aparecida Tardim; BATISTONI, Maria Rosângela. "Proposta de Criação de Curso de graduação em Serviço Social – USP" In: *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 3 Supl., Brasília, ABEPSS, novembro de 2002.

CAVALCANTI, Simone. Governo anuncia corte de gastos de R\$ 50 bi em 2011. *Brasil Econômico*. 9 fev. 2011. [Disponível em http://www.brasileconomico.com.br/noticias/governo-anuncia-corte-de-gastos-de-r-50-bi-em-2011_97911.html – Último acesso em 20/09/2011.]

CFESS. *Código de ética do assistente social*. Brasília, 1993.

_____. *Resolução CFESS n. 533*, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no serviço social, Brasília, CFESS, set. 2008.

CHAUÍ, M. A. universidade hoje. In: *Revista Praga*. n. 6. SP, Hucitec, 1998.

COSTA, D. H. "O trabalho nos serviços de saúde e a inserção do assistente social" *Serviço Social e Sociedade*. n. 62. São Paulo, Cortez, 2000.

COUTINHO, C. N. "Gramsci e as Ciências Sociais." In: *Marxismo e política: a dualidade dos poderes e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Cortez, 1994.

ESS/UFF. *Currículo do curso de graduação em Serviço Social*.. Niterói, EDUFF, 2000.

FREIRE, L. M. B. "Reestruturação produtiva e desestruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI". In: *Ser Social*. n. 5. Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social do Depto. de Serviço Social da UNB. Brasília, UNB, 1999.

FSS/UFJF. Processo de reforma curricular. Ofício nº 092/02-FSS, outubro de 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. *O bolo dividido: a quadratura do círculo*. n.14. *Teoria e debate*, Economia, São Paulo. Perseu Abramo, abr/mai/jun. 1991.

GRANEMANN, S. "Processos de trabalho e Serviço Social" In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. *Capacitação em Serviço Social e política social: Reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo I. Brasília, CEAD, 1999.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: *Serviço Social e sociedade*, n. 62. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. Brasília/DF, CFESS, 2002.

_____. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez Ed./CELATS, 10ª ed. 1995.

LESSA, S "O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade". In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. *Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Módulo I.. Brasília, CEAD, 1999.

_____. "Serviço Social e trabalho: do que se trata?" In *Temporalis*, n.2, Brasília, ABEPSS, 2000.

LUKÁCS G. *Ontologia do ser social*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

- MARX, K. "Prefácio à contribuição à crítica da economia política". In: *Marx*. Coleção "Os Pensadores". São Paulo, Vítor Civita Ed., 1974.
- MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo, Cortez, 1998.
- NETTO, J.P. "Teoria, método e história na formação profissional" In: *Cadernos ABESS*, n. 1. São Paulo, Cortez, 1986.
- _____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1993.
- NOGUEIRA, M. A. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino de metodologia no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1991.
- RAMOS, R.; GOMES, M. F. C. "Trabalho produtivo e improdutivo: uma contribuição para pensar o Serviço Social enquanto prática profissional" In *Temporalis*, n. 2, Brasília, ABEPSS, 2000.
- ROSSO, S.D. Ensino superior público e gratuidade. In: *Atividades pagas em universidades gratuitas: caminhos para a privatização*. Brasília: ADUNB, 2002, p. 11-22.
- RUIZ, A.I. Algumas considerações sobre as fundações privadas das universidades públicas. In: ROSSO, S.D. *Atividades pagas em universidades gratuitas: caminhos para a Privatização*. Brasília: ADUNB, 2002, p. 45-50.
- SERRA, R. M. *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional*. São Paulo, Cortez, 2000.
- _____. "A processualidade do Serviço Social crítico no Brasil em tempos de reestruturação produtiva" In: *Em Pauta*, n15. UERJ, 15, jul. /dez. 1999
- TAFFAREL, C. Mecanismos de privatização. In: ROSSO, S.D. *Atividades pagas em universidades gratuitas: caminhos para a privatização*. Brasília: ADUNB, 2002.

PARTE III – ESTRUTURA CURRICULAR
PLANO DE PERIODIZAÇÃO (INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR) (1/4)¹⁹

1º. Período	CRT	CRP	TCR	CHT	CHP	TCHs	TCH
Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico	03	01	04	45	30	05	75
Introdução à Filosofia	04	-	04	60	-	04	60
Formação Sócio histórica do Brasil e Questão Social	04	-	04	60	-	04	60
Serviço Social na Atualidade	04	01	05	60	30	06	90
Introdução à Sociologia	04	-	04	60	-	04	60
CH Teórica: 285							
CH Prática: 60							
CH Total: 345							
Créditos: 21 (19 Teóricos e 02 Práticos)							
2º. Período	CRT	CRP	TCR	CHT	CHP	TCHs	TCH
Teoria Social em Marx	04	-	04	60	-	04	60
Fundamentos do Serviço Social I	04	01	05	60	30	06	90
Estado e Sociedade	04	-	04	60	-	04	60
Fundamentos de Política Social I	04	-	04	60	-	04	60
Introdução à Antropologia	04	-	04	60	-	04	60
CH Teórica: 300							
CH Prática: 30							
CH Total: 330							
Créditos: 21 (20 Teóricos e 01 Prático)							
3º. Período	CRT	CRP	TCR	CHT	CHP	TCHs	TCH
Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	04	-	04	60	-	04	60
Fundamentos do Serviço Social II	04	01	05	60	30	06	90
Fundamentos de Política Social II	04	-	04	60	-	04	60
Pensamento Social Brasileiro	04	-	04	60	-	04	60
Direitos Sociais e Serviço Social	04	01	05	60	30	06	90
CH Teórica: 300							
CH Prática: 60							
CH Total: 360							
Créditos: 22 (20 Teóricos e 02 Práticos)							

¹⁹ As siglas utilizadas no Quadro correspondem a: CRT (Créditos Teóricos); CRP (créditos práticos); CRP/E (créditos práticos ou de estágio); TCR (Total de Créditos); CHT (Carga Horária Teórica); CHP (Carga Horária Prática) CHP/E (Carga Horária Prática ou de Estágio) TCHs (Total Carga Horária Semanal) TCH (Total Carga Horária).

Segundo a Del. 0033/1995, de 28/12/1995, que “Dispõe sobre as normas gerais de ensino de graduação da UERJ”, parágrafo único de seu art. 57, a unidade de crédito corresponde a 15h de aulas teóricas ou a 30h de prática, laboratório ou estágio. (UERJ. REITORIA, 1995).

PLANO DE PERIODIZAÇÃO (INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR) (2/4)²⁰

4º. Período	CRT	CRP	TCR	CHT	CHP	TCHs	TCH
Família e Sociedade	04	01	05	60	30	06	90
Fundamentos do Serviço Social III	04	01	05	60	30	06	90
Ética e Serviço Social	04	02	06	60	60	08	120
Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	04	01	05	60	30	06	90
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
CH Teórica: 300 CH Prática: 150 CH Total: 450 Créditos: 25 (20 Teóricos e 05 Práticos)							
5º. Período	CRT	CRP	TCR	CHT	CHP	TCHs	TCH
Administração em Serviço Social	04	-	04	60	-	04	60
Fundamentos do Serviço Social IV	04	01	05	60	30	06	90
Política Social e Seguridade Social no Brasil	04	-	04	60	-	04	60
Serviço Social e Trabalho Profissional I	03	02	05	45	60	07	105
Classes, Gênero, Etnia e Geração	04	01	05	60	30	06	90
CH Teórica: 285 CH Prática: 120 CH Total: 405 Créditos: 23 (19 Teóricos e 04 Práticos)							
6º. Período	CRT	CRP/E	TCR	CHT	CHP/E	TCHs	TCH
Fundamentos do Serviço Social V	04	01	05	60	30	06	90
Estágio Supervisionado I	03	05	08	45	150	13	195
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
Serviço Social e Trabalho Profissional II	03	02	05	45	60	07	105
Pesquisa e Serviço Social	04	01	05	60	30	06	90
CH Teórica: 270 CH Prática: 120 CH Estágio: 150 (45 min) CH Total: 540 Créditos: 27 (18 Teóricos, 04 Práticos e 05 Estágio)							

²⁰ Vide nota de rodapé anterior.

PLANO DE PERIODIZAÇÃO (INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR) (3/4)²¹

7º. Período	CRT	CRP/E	TCR	CHT	CHP/E	TCHs	TCH
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
Estágio Supervisionado II	03	05	08	45	150	13	195
Laboratório de Pesquisa I	03	01	04	45	30	05	75
Serviço Social e Trabalho Profissional III	03	02	05	45	60	07	105
Planejamento Social	04	01	05	60	30	06	90
CH Teórica: 255 CH Prática: 120 CH Estágio: 150 CH Total: 525 Créditos: 26 (17 Teóricos, 04 Práticos e 05 Estágio)							
8º. Período	CRT	CRP/E	TCR	CHT	CHP/E	TCHs	TCH
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
Estágio Supervisionado III	03	05	08	45	150	13	195
Laboratório de Pesquisa II	03	01	04	45	30	05	75
Subjetividade e Práticas Sociais	04	-	04	60	-	04	60
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
CH Teórica: 270 CH Prática: 30 CH Estágio: 150 CH Total: 450 Créditos: 24 (18 Teóricos, 01 Prático e 05 Estágio)							
9º. Período	CRT	CRP/E	TCR	CHT	CHP/E	TCHs	TCH
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
Estágio Supervisionado IV	03	05	08	45	150	13	195
Trabalho de Conclusão de Curso I	02	03	05	30	90	08	120
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
CH Teórica: 195 CH Prática: 90 CH Estágio: 150 CH Total: 435 Créditos: 21 (13 Teóricos, 03 Práticos e 05 Estágio)							

²¹ Vide nota de rodapé anterior.

PLANO DE PERIODIZAÇÃO (INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR) (4/4)²²

10º. Período	CRT	CRP	TCR	CHT	CHP	TCHs	TCH
Disciplina Eletiva	04	-	04	60	-	04	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	02	03	05	30	90	08	120
CH Teórica: 90							
CH Prática: 90							
CH Total: 180							
Créditos: 09 (06 Teóricos e 03 Práticos)							

PLANO DE PERIODIZAÇÃO – TOTALIZAÇÃO

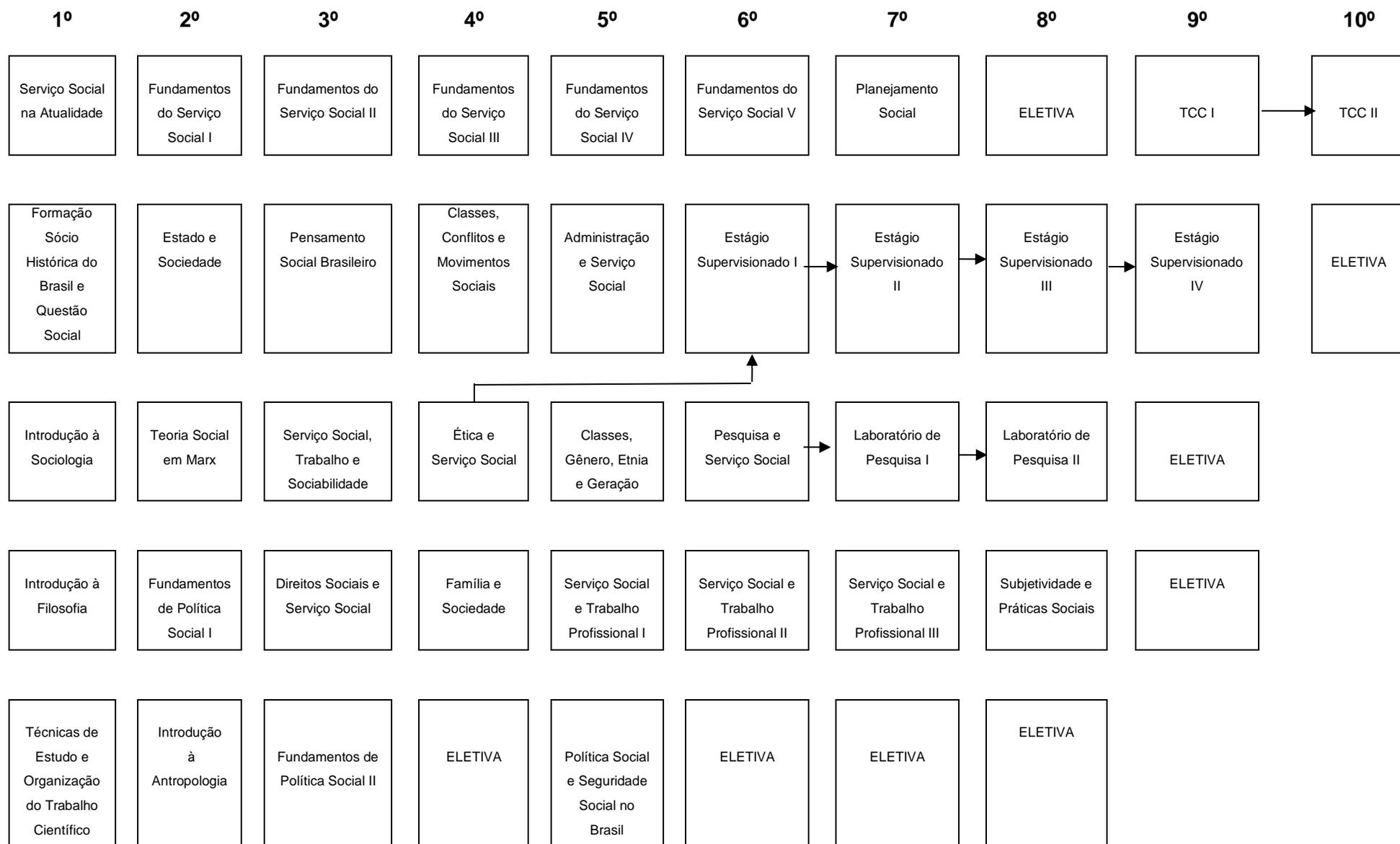
Períodos Acadêmicos	Teórico		Prático		Estágio		Total	
	CR	CHT	CR	CH	CR	CH	Créditos	CH TOTAL
1º. Período	19	285	02	60	-	-	21	345
2º. Período	20	300	01	30	-	-	21	330
3º. Período	20	300	02	60	-	-	22	360
4º. Período	20	300	05	150	-	-	25	450
5º. Período	19	285	04	120	-	-	23	405
6º. Período	18	270	04	120	05	150	27	540
7º. Período	17	255	04	120	05	150	26	525
8º. Período	18	270	01	30	05	150	24	450
9º. Período	13	195	03	90	05	150	21	435
10º. Período	06	90	03	90	-	-	09	180
TOTAL	170	2550	29	870	20	600	219	4020

Necessitamos de **4000 horas** de 45 minutos para completar o currículo.

Carga horária máxima de Estágio + AC podem somar, no máximo, 20% do currículo. Temos, ao todo, 780 horas de CH de estágio.

²² Vide nota de rodapé anterior.

2. Fluxograma do Curso de Graduação em Serviço Social: Faculdade de Serviço Social/UERJ, 2014.



3. Grade Curricular segundo Períodos Acadêmicos (01/10)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Grade Curricular - 1º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico (crédito prático)	Serviço Social na Atualidade (crédito prático)	-	-	-
N2 18:45 – 19:30	Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico	Serviço Social na Atualidade	Formação Sócio-histórica do Brasil e Questão Social	Introdução à Filosofia	Introdução à Sociologia
N3 19:30 – 20:20	Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico	Serviço Social na Atualidade	Formação Sócio-histórica do Brasil e Questão Social	Introdução à Filosofia	Introdução à Sociologia
N4 20:20 – 21:05	Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico	Serviço Social na Atualidade	Formação Sócio-histórica do Brasil e Questão Social	Introdução à Filosofia	Introdução à Sociologia
N5 21:05 – 21:55	Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico (crédito prático)	Serviço Social na Atualidade	Formação Sócio-histórica do Brasil e Questão Social	Introdução à Filosofia	Introdução à Sociologia
N6 21:55 – 22:40	-	Serviço Social na Atualidade (crédito prático)	-	-	-

Grade Curricular - 2º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	-	Fundamentos do Serviço Social I (crédito prático)	-	-	-
N2 18:45 – 19:30	Teoria Social em Marx	Fundamentos do Serviço Social I	Estado e Sociedade	Fundamentos de Política Social I	Introdução à Antropologia
N3 19:30 – 20:20	Teoria Social em Marx	Fundamentos do Serviço Social I	Estado e Sociedade	Fundamentos de Política Social I	Introdução à Antropologia
N4 20:20 – 21:05	Teoria Social em Marx	Fundamentos do Serviço Social I	Estado e Sociedade	Fundamentos de Política Social I	Introdução à Antropologia
N5 21:05 – 21:55	Teoria Social em Marx	Fundamentos do Serviço Social I	Estado e Sociedade	Fundamentos de Política Social I	Introdução à Antropologia
N6 21:55 – 22:40	-	Fundamentos do Serviço Social I (crédito prático)	-	-	-

Grade Curricular - 3º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	-	Fundamentos do Serviço Social II (crédito prático)	-	-	Direitos Sociais e Serviço Social (crédito prático)
N2 18:45 – 19:30	Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	Fundamentos do Serviço Social II	Fundamentos de Política Social II	Pensamento Social Brasileiro	Direitos Sociais e Serviço Social
N3 19:30 – 20:20	Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	Fundamentos do Serviço Social II	Fundamentos de Política Social II	Pensamento Social Brasileiro	Direitos Sociais e Serviço Social
N4 20:20 – 21:05	Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	Fundamentos do Serviço Social II	Fundamentos de Política Social II	Pensamento Social Brasileiro	Direitos Sociais e Serviço Social
N5 21:05 – 21:55	Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	Fundamentos do Serviço Social II	Fundamentos de Política Social II	Pensamento Social Brasileiro	Direitos Sociais e Serviço Social
N6 21:55 – 22:40	-	Fundamentos do Serviço Social II (crédito prático)	-	-	Direitos Sociais e Serviço Social (crédito prático)

Grade Curricular - 4º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	Família e Sociedade (crédito prático)	Fundamentos do Serviço Social III (crédito prático)	Ética e Serviço Social (crédito prático)	Classes, Conflitos e Movimentos Sociais (crédito prático)	Ética e Serviço Social (crédito prático)
N2 18:45 – 19:30	Família e Sociedade	Fundamentos do Serviço Social III	Ética e Serviço Social	Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	ELETIVA
N3 19:30 – 20:20	Família e Sociedade	Fundamentos do Serviço Social III	Ética e Serviço Social	Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	ELETIVA
N4 20:20 – 21:05	Família e Sociedade	Fundamentos do Serviço Social III	Ética e Serviço Social	Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	ELETIVA
N5 21:05 – 21:55	Família e Sociedade	Fundamentos do Serviço Social III	Ética e Serviço Social	Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	ELETIVA
N6 21:55 – 22:40	Família e Sociedade (crédito prático)	Fundamentos do Serviço Social III (crédito prático)	Ética e Serviço Social (crédito prático)	Classes, Conflitos e Movimentos Sociais (crédito prático)	Ética e Serviço Social (crédito prático)

Grade Curricular - 5º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	Serviço Social e Trabalho Profissional I (crédito prático)	Fundamentos do Serviço Social IV (crédito prático)	-		Classes, Gênero, Etnia e Geração (crédito prático)
N2 18:45 – 19:30	Serviço Social e Trabalho Profissional I	Fundamentos do Serviço Social IV	Política Social e Seguridade Social no Brasil	Administração em Serviço Social	Classes, Gênero, Etnia e Geração
N3 19:30 – 20:20	Serviço Social e Trabalho Profissional I	Fundamentos do Serviço Social IV	Política Social e Seguridade Social no Brasil	Administração em Serviço Social	Classes, Gênero, Etnia e Geração
N4 20:20 – 21:05	Serviço Social e Trabalho Profissional I	Fundamentos do Serviço Social IV	Política Social e Seguridade Social no Brasil	Administração em Serviço Social	Classes, Gênero, Etnia e Geração
N5 21:05 – 21:55	Serviço Social e Trabalho Profissional I (crédito prático)	Fundamentos do Serviço Social IV	Política Social e Seguridade Social no Brasil	Administração em Serviço Social	Classes, Gênero, Etnia e Geração
N6 21:55 – 22:40	Serviço Social e Trabalho Profissional I (crédito prático)	Fundamentos do Serviço Social IV (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional I (crédito prático)	-	Classes, Gênero, Etnia e Geração (crédito prático)

Grade Curricular - 6º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	Fundamentos do Serviço Social V (crédito prático)		Pesquisa e Serviço Social (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional II (crédito prático)	-
N2 18:45 – 19:30	Fundamentos do Serviço Social V	Estágio Supervisionado I	Pesquisa e Serviço Social	Serviço Social e Trabalho Profissional II	ELETIVA
N3 19:30 – 20:20	Fundamentos do Serviço Social V	Estágio Supervisionado I	Pesquisa e Serviço Social	Serviço Social e Trabalho Profissional II	ELETIVA
N4 20:20 – 21:05	Fundamentos do Serviço Social V	Estágio Supervisionado I	Pesquisa e Serviço Social	Serviço Social e Trabalho Profissional II	ELETIVA
N5 21:05 – 21:55	Fundamentos do Serviço Social V	-	Pesquisa e Serviço Social	Serviço Social e Trabalho Profissional II (crédito prático)	ELETIVA
N6 21:55 – 22:40	Fundamentos do Serviço Social V (crédito prático)	-	Pesquisa e Serviço Social (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional II (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional II (crédito prático)

Grade Curricular - 7º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	Planejamento Social (crédito prático)	-	Laboratório de Pesquisa I (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional III (crédito prático)	
N2 18:45 – 19:30	Planejamento Social	Estágio Supervisionado II	Laboratório de Pesquisa I	Serviço Social e Trabalho Profissional III	ELETIVA
N3 19:30 – 20:20	Planejamento Social	Estágio Supervisionado II	Laboratório de Pesquisa I	Serviço Social e Trabalho Profissional III	ELETIVA
N4 20:20 – 21:05	Planejamento Social	Estágio Supervisionado II	Laboratório de Pesquisa I	Serviço Social e Trabalho Profissional III	ELETIVA
N5 21:05 – 21:55	Planejamento Social	-	Laboratório de Pesquisa I (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional III (crédito prático)	ELETIVA
N6 21:55 – 22:40	Planejamento Social (crédito prático)	-		Serviço Social e Trabalho Profissional III (crédito prático)	Serviço Social e Trabalho Profissional III (crédito prático)

Grade Curricular - 8º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	-	-	Laboratório de Pesquisa II (crédito prático)	-	-
N2 18:45 – 19:30	ELETIVA	Estágio Supervisionado III	Laboratório de Pesquisa II	Subjetividade e Práticas Sociais	ELETIVA
N3 19:30 – 20:20	ELETIVA	Estágio Supervisionado III	Laboratório de Pesquisa II	Subjetividade e Práticas Sociais	ELETIVA
N4 20:20 – 21:05	ELETIVA	Estágio Supervisionado III	Laboratório de Pesquisa II	Subjetividade e Práticas Sociais	ELETIVA
N5 21:05 – 21:55	ELETIVA	-	Laboratório de Pesquisa II (crédito prático)	Subjetividade e Práticas Sociais	ELETIVA
N6 21:55 – 22:40	-	-	-	-	-

Grade Curricular - 9º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45	-	-	TCC I (crédito prático)	TCC I (crédito prático)	TCC I (crédito prático)
N2 18:45 – 19:30	ELETIVA	Estágio Supervisionado IV	TCC I (crédito prático)	-	ELETIVA
N3 19:30 – 20:20	ELETIVA	Estágio Supervisionado IV	TCC I	-	ELETIVA
N4 20:20 – 21:05	ELETIVA	Estágio Supervisionado IV	TCC I	-	ELETIVA
N5 21:05 – 21:55	ELETIVA	-	TCC I (crédito prático)	-	ELETIVA
N6 21:55 – 22:40	-	-	TCC I (crédito prático)	-	-

Grade Curricular - 10º Período

Hora / Data	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
N1 18:00 – 18:45		TCC II (crédito prático)	TCC II (crédito prático)	TCC II (crédito prático)	-
N2 18:45 – 19:30	ELETIVA	TCC II (crédito prático)	-	-	
N3 19:30 – 20:20	ELETIVA	TCC II	-	-	
N4 20:20 – 21:05	ELETIVA	TCC II	-	-	
N5 21:05 – 21:55	ELETIVA	TCC II (crédito prático)	-	-	
N6 21:55 – 22:40	-	TCC II (crédito prático)	-	-	-

4. Relação das Disciplinas Obrigatórias e Eletivas

A – Disciplinas Obrigatórias

1. Administração e Serviço Social
2. Introdução à Antropologia
3. Introdução à Sociologia
4. Introdução à Filosofia
5. Classes, Conflitos e Movimentos Sociais
6. Classes, Gênero, Etnia e Geração
7. Direito Sociais e Serviço Social
8. Estado e Sociedade
9. Estágio Supervisionado I
10. Estágio Supervisionado II
11. Estágio Supervisionado III
12. Estágio Supervisionado IV
13. Ética e Serviço Social
14. Família e Sociedade
15. Formação Sócio Histórica do Brasil e Questão Social
16. Fundamentos de Política Social I
17. Fundamentos de Política Social II
18. Fundamentos do Serviço Social I
19. Fundamentos do Serviço Social II
20. Fundamentos do Serviço Social III
21. Fundamentos do Serviço Social IV
22. Fundamentos do Serviço Social V
23. Laboratório de Pesquisa I
24. Laboratório de Pesquisa II
25. Pensamento Social Brasileiro
26. Pesquisa e Serviço Social
27. Planejamento Social
28. Política Social e Seguridade Social no Brasil
29. Serviço Social e Trabalho Profissional I
30. Serviço Social e Trabalho Profissional II
31. Serviço Social e Trabalho Profissional III
32. Serviço Social na Atualidade
33. Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade
34. Subjetividade e Práticas Sociais
35. Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico
36. Teoria Social em Marx
37. Trabalho de Conclusão de Curso I
38. Trabalho de Conclusão de Curso II

B – Disciplinas Eletivas

1. Direitos Humanos e Serviço Social
2. Ética e Sociedade
3. Introdução à História Contemporânea
4. Pensamento Social Contemporâneo
5. Poder Local no Brasil
6. Política de Assistência Social
7. Política de Educação
8. Política de Previdência Social
9. Política de Saúde
10. Política do Idoso
11. Política do Trabalho
12. Política para Infância e Adolescência
13. Política Social e Relações de Gênero e Etnia
14. Política Urbana e das Cidades
15. Questão Agrária e Serviço Social
16. Questão Social no Brasil Contemporâneo
17. Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico
18. Tecnologia de Informação e Serviço Social
19. Tópicos Especiais em Classes, Conflitos e Movimentos Sociais
20. Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social
21. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social I
22. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social II
23. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social III
24. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social IV
25. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social V
26. Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro
27. Tópicos Especiais em Políticas Públicas
28. Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional I
29. Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional II
30. Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional III
31. Tópicos Especiais Trabalho e Serviço Social
32. Tradição Marxista Contemporânea

5. Relação das Disciplinas Eletivas, segundo Tipos (Definidas e Universais)²³

Disciplinas Eletivas	CRT	CHT	Definidas	Universais
01. Direitos Humanos e Serviço Social	04	60	X	-
02. Ética e Sociedade	04	60	X	X
03. Introdução à História Contemporânea	04	60	X	-
04. Pensamento Social Contemporâneo	04	60	X	X
05. Poder Local no Brasil	04	60	X	X
06. Política de Assistência Social	04	60	X	X
07. Política de Educação	04	60	X	X
08. Política de Previdência Social	04	60	X	X
09. Política de Saúde	04	60	X	X
10. Política do Idoso	04	60	X	X
11. Política do Trabalho	04	60	X	X
12. Política para Infância e Adolescência	04	60	X	X
13. Política Social e Relações de Gênero e Etnia	04	60	X	X
14. Política Urbana e das Cidades	04	60	X	X
15. Questão Agrária e Serviço Social	04	60	X	-
16. Questão Social no Brasil Contemporâneo	04	60	X	X
17. Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico	04	60	X	X
18. Tecnologia da Informação e Serviço Social	04	60	X	-
19. Tópicos Especiais em Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	04	60	X	X
20. Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social	04	60	X	-
21. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social I	04	60	X	-
22. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social II	04	60	X	-
23. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social III	04	60	X	-
24. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social IV	04	60	X	-
25. Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social V	04	60	X	-
26. Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro	04	60	X	X
27. Tópicos Especiais em Políticas Públicas	04	60	X	X
28. Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional I	04	60	X	-
29. Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional II	04	60	X	-
30. Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional III	04	60	X	-
31. Tópicos Especiais em Trabalho e Serviço Social	04	60	X	-
32. Tradição Marxista Contemporânea	04	60	X	X

²³ Vide nota de rodapé anterior, de no. 19.

TOTAL	128	1920	32	17
--------------	------------	-------------	-----------	-----------

6. Relação das Disciplinas Obrigatórias e Eletivas segundo Departamentos

A – Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social

Obrigatórias	Eletivas
Classes, Gênero, Etnia e Geração	Ética e Sociedade
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	Pensamento Social Contemporâneo
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Serviço Social e Sistema Sócio Jurídico
Ética e Serviço Social	Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social
Família e Sociedade	Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social I
Fundamentos do Serviço Social I	Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social II
Fundamentos do Serviço Social II	Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social III
Fundamentos do Serviço Social III	Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social IV
Fundamentos do Serviço Social IV	Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social V
Fundamentos do Serviço Social V	Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional I
Laboratório de Pesquisa II	Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional II
Pesquisa e Serviço Social	Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional III
Serviço Social e Trabalho Profissional I	Tópicos Especiais em Trabalho e Serviço Social
Serviço Social e Trabalho Profissional II	Tradição Marxista Contemporânea
Serviço Social e Trabalho Profissional III	
Serviço Social na Atualidade	
Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	
Subjetividade e Práticas Sociais	
Teoria Social em Marx	
Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico	
Trabalho de Conclusão de Curso I	

B – Departamento de Política Social

Obrigatórias	Eletivas
Administração em Serviço Social	Direitos Humanos e Serviço Social
Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	Poder Local no Brasil
Política Social e Seguridade Social no Brasil	Política de Assistência Social
Direitos Sociais e Serviço Social	Política de Educação
Estágio Supervisionado III	Política de Previdência Social
Estágio Supervisionado IV	Política de Saúde
Estado e Sociedade	
Formação Sócio-Histórica do Brasil e Questão Social	Política do Idoso
Fundamentos de Política Social I	Política do Trabalho
Fundamentos de Política Social II	
Laboratório de Pesquisa I	Política para Infância e Adolescência
Pensamento Social Brasileiro	Política Social e Relações de Gênero e Etnia
Planejamento Social	Política Urbana e das Cidades
	Questão Agrária e Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso II	Questão Social no Brasil Contemporâneo
	Tecnologia da Informação e Serviço Social
	Tópicos Especiais em Classes, Conflitos e Movimentos Sociais
	Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro
	Tópicos Especiais em Políticas Públicas

C – Disciplinas de Créditos Externos

Disciplinas Obrigatórias	Departamento/ Unidade Acadêmica
Introdução à Antropologia	Ciências Sociais/ IFCH
Introdução à Filosofia	Filosofia/ IFCH
Introdução à Sociologia	Ciências Sociais/ IFCH
Disciplina Eletiva	Departamento/ Unidade Acadêmica
Introdução à História Contemporânea	História/IFCH

7. Relação de Disciplinas Oferecidas a Outros Cursos como Eletivas Universais

1. Ética e Sociedade
2. Pensamento Social Contemporâneo
3. Poder Local no Brasil
4. Política de Assistência Social
5. Política de Educação
6. Política de Previdência Social
7. Política do Idoso
8. Política do Trabalho
9. Política para a Infância e Adolescência
10. Política de Saúde
11. Política Social e Relações de Gênero e Etnia
12. Política Urbana e das Cidades
13. Questão Social no Brasil Contemporâneo
14. Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico
15. Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro
16. Tópicos Especiais em Políticas Públicas
17. Tópicos Especiais em Classes, Conflitos e Movimentos Sociais
18. Tradição Marxista Contemporânea

8. Quadro de Equivalências Novo Currículo (01/04)

Disciplinas Obrigatórias	TCR	TCH	Disciplinas Versão 3	TCR	TCH
Administração em Serviço Social	04	60	FSS01-00294 – Administração e Planejamento em Serviço Social	04	60
Introdução à Antropologia	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	05	90	FSS01-01328 – Movimentos Sociais FSS01-00663 – Classes Sociais	04 04	60 60
Classes, Gênero, Etnia e Geração	04	90	FSS02-02868 – Relações sociais de Gênero e Etnia	04	60
Direitos Sociais e Serviço Social	05	90	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Fundamentos de Política Social I	04	60	FSS01-01173 – Fundamentos de Política Social	04	60
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	08	195	FSS02-00949 – Estágio Supervisionado em Serviço Social I	06	180
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	08	195	FSS02-01132 – Estágio Supervisionado em Serviço Social II	06	180
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	08	195	FSS01-00817 - Estágio Supervisionado em Serviço Social III	06	180
Estágio Supervisionado em Serviço Social IV	08	195	FSS01-00990 - Estágio Supervisionado em Serviço Social IV	06	180
Ética e Serviço Social	06	120	FSS02-01439 – Ética Profissional em Serviço Social	05	75
Família e Sociedade	05	90	FSS02-01587 – Família e Sociedade	04	60
Introdução à Filosofia	04	60	IFCH03-06559 – Introdução à Filosofia IFCH03-05228 – História da Filosofia Contemporânea IV	04 04	60 60
Formação Sócio Histórica do Brasil e Questão Social	04	60	FSS01-00121 – A Questão Social no Brasil	05	75
Fundamentos de Política Social II	04	60	FSS01-01173 – Fundamentos de Política Social	04	60
Fundamentos do Serviço Social I	05	90	FSS02-00278 – Construções Teórico-Metodológicas do Serviço Social I	04	60
Fundamentos do Serviço Social II	05	90	FSS02-00454 – Construções Teórico-Metodológicas do Serviço Social II	04	60
Fundamentos do Serviço Social III	05	90	FSS02-00620 – Construções Teórico-Metodológicas do Serviço Social III	04	60
Fundamentos do Serviço Social IV	05	90	FSS02-00772 - Construções Teórico-Metodológicas do Serviço Social IV	05	75
Fundamentos do Serviço Social V	05	90	FSS02-03527 – Tópicos Especiais em Construções Teórico-Metodológicas do Serviço Social IV	04	60

Quadro de Equivalências Novo Currículo (02/04)

Disciplinas Obrigatórias	TCR	TCH	Disciplinas Versão 3	TCR	TCH
Laboratório de Pesquisa I e II	04	75	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Pensamento Social Brasileiro	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Pesquisa e Serviço Social	05	90	FSS02-02077 – Pesquisa em Serviço Social	03	45
Planejamento Social	05	90	FSS01-02899 – Tópicos Especiais em Política Social	04	60
Política Social e Seguridade Social no Brasil	04	60	FSS01-01848 – Política Social I	04	60
			FSS01-01978 - Política Social II	04	60
Serviço Social e Trabalho Profissional I	05	105	FSS02-02680 - Processo de Trabalho do Serviço Social IV	06	120
Serviço Social e Trabalho Profissional II	05	105	FSS02-02441 - Processo de Trabalho do Serviço Social II	06	120
Serviço Social e Trabalho Profissional III	05	105	FSS02-02555 - Processo de Trabalho do Serviço Social III	06	120
			FSS 02-02680 - Processo de Trabalho do Serviço Social V	06	120
Serviço Social na Atualidade	05	90	FSS02-01807 – História do Serviço Social	06	105
Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade	04	60	FSS02-02207 - Processo de Trabalho do Serviço Social I	06	120
Introdução à Sociologia	04	60	IFCH02-06534 – Introdução às Ciências Sociais	04	60
			IFCH02-02480 – Metodologia das Ciências Sociais	04	60
Subjetividade e Práticas Sociais	04	60	PSI02-04744 – Psicologia Social	04	60
Técnicas de Estudo e Organização do Trabalho Científico	04	75	FSS02-03186 – Técnicas de Estudos, Expressão e Organização do Trabalho Científico	04	75
Estado e Sociedade	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Teoria Social em Marx	04	60	IFCH02- 06556 – Pensamento Social II	03	45
Trabalho de Conclusão de Curso I	05	120	FSS02-02967 – Seminário – Trabalho de Conclusão de Curso I	04	90
Trabalho de Conclusão de Curso II	05	120	FSS02-03112 - Seminário – Trabalho de Conclusão de Curso II	04	90

Quadro de Equivalências Novo Currículo (03/04)

Disciplinas Eletivas	TCR	TCH	Disciplinas Versão 3	TCR	TCH
Direitos Humanos e Serviço Social	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Ética e Sociedade	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Introdução à História Contemporânea	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Pensamento Social Contemporâneo	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Poder Local no Brasil	04	60	FSS01-01627 – Poder Local no Brasil	04	60
Política de Assistência Social	04	60	FSS01-02113 – Política Social III	04	60
Política de Educação	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Política de Previdência Social	04	60	FSS01-02344 – Política Social V	04	60
Política de Saúde	04	60	FSS01-02240 – Política Social IV	04	60
Política do Idoso	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Política do Trabalho	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Política para Infância e Adolescência	04	60	FSS01-02460 – Política Social VI	04	60
Política Social e Relações de Gênero e Etnia	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Política Urbana e das Cidades	04	60	FSS01-02589 – Política Social VII	04	60
Questão Agrária e Serviço Social	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Questão Social no Brasil Contemporâneo	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Serviço Social e Sistema Sócio-Jurídico	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Tecnologia da Informação e Serviço Social	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Tópicos Especiais em Classes, Conflitos e Movimentos Sociais	04	60	FSS01-02801 – Tópicos Especiais em Movimentos Sociais	04	60
Tópicos Especiais em Ética e Serviço Social	04	60	FSS02-01283 – Ética e Serviço Social	04	60
Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social I	04	60	FSS02-03275 – Tópicos Especiais em Construções Teórico-Methodológicas do Serviço Social I	04	60
Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social II	04	60	FSS02-03361 – Tópicos Especiais em Construções Teórico-Methodológicas do Serviço Social II	04	60

Quadro de Equivalências Novo Currículo (04/04)²⁴

Disciplinas Eletivas	TCR	TCH	Disciplinas Versão 3	TCR	TCH
Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social III	04	60	FSS02-03442 - Tópicos Especiais em Construções Teórico- Metodológicas do Serviço Social III	04	60
Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social IV	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social V	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Tópicos Especiais em Pensamento Social Brasileiro	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Tópicos Especiais em Políticas Públicas	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-
Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional I	04	60	FSS02-03684 – Tópicos Especiais em Processo de Trabalho I	04	60
Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional II	04	60	FSS02-03839 – Tópicos Especiais em Processo de Trabalho II	04	60
Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho Profissional III	04	60	FSS02-03912 – Tópicos Especiais em Processo de Trabalho III	04	60
Tópicos Especiais em Trabalho e Serviço Social	04	60	FSS02-03952 – Tópicos Especiais em Processo de Trabalho IV	04	60
Tradição Marxista Contemporânea	04	60	SEM EQUIVALÊNCIA	-	-

²⁴ Obs. As disciplinas tarjadas estão sendo acrescidas para dar maior flexibilidade à introdução de conteúdos não previstos nas disciplinas eletivas. Não foram consideradas como equivalentes nas novas ementas, pois irá depender de correspondência, efetiva, de conteúdos.

**ANEXO I – EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
SEGUNDO PERÍODOS ACADÊMICOS**